

REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E VALE REFEIÇÃO/LANCHE.

CREDENCIAMENTO Nº 001/2025
Processo Administrativo nº 09.25.891

OBJETO: Credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, implementação, administração e disponibilização de créditos de auxílio alimentação e/ou refeição e lanche através de cartões eletrônicos/magnéticos com tecnologia de chip de segurança e senha pessoal da PBH Ativos S.A., com cargas e recargas dos créditos eletrônicos, na modalidade online, que possibilitem a aquisição de alimentos “in natura” e refeições prontas.

FUNDAMENTO: Contratação com seleção a critério de terceiros, na hipóteses em que o beneficiário direto da prestação de serviço ou do fornecimento de bens definirá com quem contratará, e servirá exclusivamente para indicação, aos terceiros, daqueles que atendem os critérios e requisitos estabelecidos pela administração pública para atendimento do interesse público, nos termos do art. 15 do Decreto Municipal nº 18.240 de 2023 e do art. 103, §1º, II, da Instrução Normativa nº 005/2024 - RILC PBH ATIVOS.

MODO DE DISPUTA: Aberto

DATA PARA INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO:

DATA: A partir do dia 28/02/2025, até o fim da vigência do credenciamento.

HORÁRIO: a partir das 9h, horário de Brasília.

IMPUGNAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS: conforme item 3 deste Edital, através do e-mail: geadm.ativos@pbhativos.com.br

SITE PARA CONSULTAS: www.pbhativos.com.br.

CONTATO: FONE: (31) 3246-7044

1. DO PREÂMBULO

A **PBH ATIVOS S/A**, Sociedade Anônima de capital fechado, submetida ao controle acionário do Município de Belo Horizonte, com sede na Rua Espírito Santo, nº 605, 10º andar, Centro - Belo Horizonte/Minas Gerais, CEP: 30.160.919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará o credenciamento para contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de gerenciamento, implementação, administração e disponibilização de créditos de auxílio alimentação, lanche e refeição através de cartões eletrônicos/magnéticos com tecnologia de chip de segurança, e senha pessoal, na modalidade flexível, nos termos da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto Municipal nº 18.240 de 2023, Instrução Normativa nº 005/2024 (Regulamento Interno de Licitações e Contratos “RILC” da PBH Ativos) e demais disposições aplicáveis e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

2. OBJETO E ANEXOS

2.1. Credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, implementação, administração e disponibilização de créditos de auxílio alimentação e/ou refeição e lanche através de cartões eletrônicos/magnéticos com tecnologia de chip de segurança e senha pessoal, ao número estimado de 47(quarenta e sete) empregados e 03 (três) Diretores da PBH Ativos S.A., com cargas e recargas dos créditos eletrônicos, na modalidade online, que possibilitem a aquisição de alimentos “*in natura*” e refeições prontas, respectivamente, promovendo a qualidade de vida, o bem-estar e a saúde dos empregados de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho e a Lei Federal nº 6.321/1976, alterada pela Lei Federal nº 14.442/2022, que dispõe sobre o pagamento do auxílio alimentação ao empregado, na forma definida na legislação do Ministério do Trabalho e Emprego que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, e para cumprir a determinação do acordo coletivo de trabalho, no qual foi previsto os valores e quantidades dos vales alimentação/refeição e vale lanche ofertados aos empregados/Diretores da Companhia, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. Integram este EDITAL para todos os efeitos de direito:

Anexo I - Requerimento de Participação no Credenciamento Nº 001/2025

Anexo II - Preço Dos Serviços;

Anexo III - Declaração - art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal/88;

Anexo IV - Modelo De Declaração De Beneficiário Da Lei Complementar 123/2006

Anexo V - Modelo De Declaração Da Lei Orgânica

Anexo VI - Modelo De Declaração De Conformidade Ao Artigo 38 Da Lei Federal Nº 13.303/2016

Anexo VII - Planilha Relação De Estabelecimentos Ativos Credenciados.

Anexo VIII - Declaração de Consentimento para Tratamento de Dados Pessoais - LGPD

Anexo IX - Modelo Declaração de Adequação à LGPD

Anexo X - Modelo de Minuta de Termo de Credenciamento

Anexo XI – Minuta de contrato e seus anexos;

2.3. O valor atribuído pela PBH Ativos para o objeto deste credenciamento, consoante parágrafo único, do art. 15, do Decreto Municipal nº 18.240 de 2023, consta do ANEXO II, corresponde à estimativa dos benefícios que serão pagos no período de 12 (doze) meses, conforme Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o ato convocatório do presente Chamamento Público, devendo a impugnação ser apresentada exclusivamente, por meio do endereço eletrônico: geadm.ativos@pbhativos.com.br, até 03 (três) dias úteis após a publicação do presente Edital de credenciamento. contendo no assunto: IMPUGNAÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº 001/2025.

3.2 Não serão conhecidas as impugnações entregues fora das condições estabelecidas.

3.3. A decisão quanto à impugnação será proferida conforme a legislação aplicável, sendo divulgada através do e-mail e disponibilizada no “site” www.pbhativos.com.br e serão anexadas nos autos do processo e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

3.4. Os pedidos de esclarecimentos a respeito do presente edital deverão ser formulados até 03 (três) dias úteis após a publicação do presente Edital, e enviados, exclusivamente, por meio do endereço eletrônico: geadm.ativos@pbhativos.com.br, contendo no assunto: ESCLARECIMENTOS - CREDENCIAMENTO Nº 001/2025.

3.5. As respostas aos esclarecimentos prestados pelo Agente de Contratação serão divulgadas no site www.pbhativos.com.br e serão anexadas nos autos do processo e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

3.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela autoridade competente, nos autos do credenciamento.

4. INFORMAÇÕES INICIAIS

4.1. Todos os interessados em executar o objeto, em conformidade com o Termo de Referência, que satisfaçam as condições fixadas neste edital e seus anexos, serão credenciados para fazê-lo.

4.2. O credenciamento terá o seu prazo de vigência por 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação, podendo seu edital ser republicado por igual período, por quantas vezes a PBH Ativos entender pela necessidade de sua manutenção, mantidas todas as suas condições.

4.2.1. A solicitação de republicação do edital de credenciamento será realizada pelo seu gestor, mediante apresentação da justificativa técnica.

4.3. O credenciamento não gerará aos credenciados qualquer direito de contratação, face à sua precariedade, objetivando somente o cadastro, cujo processo e julgamento serão realizados de acordo com os preceitos da Lei Federal nº 13.303, de 2016, do Decreto Municipal nº 18.240 de 2023, do RILC PBH Ativos (IN 005/2024) e as normas estabelecidas neste edital e em seus anexos.

4.4. A inscrição de interessados no credenciamento implica a aceitação integral e irrestrita de todas as condições estabelecidas no Decreto Municipal nº 18.240 de 2023 e neste edital de credenciamento e em seus anexos.

4.5. O Edital e seus anexos ficarão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico da PBH Ativos – www.pbhativos.com.br e seu extrato será publicado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte, conforme dispõe o art. 106 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (IN nº 005/2024).

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

5.1. Poderão participar deste credenciamento as pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação e que atendam às condições exigidas neste Edital e seus anexos.

5.2. O interessado declarará, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas na legislação, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de seu requerimento de participação com as exigências deste Edital e seus anexos.

5.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação no credenciamento.

5.4. Estarão impedidos de participar do procedimento os interessados:

- I. Constituídos sob a forma de consórcio;
- II. Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Credenciamento;
- III. Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela PBH Ativos S.A.;
- IV. Declarados inidôneos ou impedidos de licitar e contratar em qualquer esfera de Governo, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- V. Constituídos por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- VI. Constituídos por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VII. Cujo administrador seja sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VIII. Que tenha nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- IX. Sob falência, dissolução ou liquidação;
- X. Estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;
- XI. Que se enquadrem em outras hipóteses de vedação previstas na legislação vigente;
- XII. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- XIII. Cujo o administrador ou sócio seja detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social da PBH Ativos S.A.:
 - a. Aplicam-se as vedações previstas no subitem 5.4:
 - I. Aos empregados ou dirigentes da PBH Ativos, participando da licitação como pessoa física;

- II. Às pessoas que tenham relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com dirigente da PBH Ativos, com empregado da PBH Ativos cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação ou com autoridade do Poder Executivo Municipal;
 - III. Às pessoas jurídicas cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a PBH ATIVOS S.A. há menos de 6 (seis) meses.
- b. A observância das vedações do subitem 5.4 é de inteira responsabilidade do interessado, respondendo este pelo eventual descumprimento, na forma do Edital e da legislação.

5.5. Poderá ser constatado eventual descumprimento das vedações elencadas no subitem 5.4, mediante consulta aos meios legais disponíveis, inclusive ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.

6. DA INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO

6.1. Os interessados em participar do certame, deverão, **a qualquer tempo, enquanto permanecer vigente o presente edital**, na forma do art. 106 do RILC, **a partir das 09 horas, do dia 28/02/2025**, enviar, exclusivamente, por meio do endereço eletrônico geadm.ativos@pbhativos.com.br toda a documentação exigida neste Edital, **em formato PDF (Portable Document Format)**, contendo no campo “assunto” do referido e-mail as seguintes informações: INSCRIÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

6.2. As empresas interessadas em se credenciar junto à PBH Ativos, a fim se tornarem aptas à prestação dos serviços objeto deste instrumento convocatório, deverão apresentar:

- I. Requerimento de participação, nos moldes do Anexo I deste Edital, pelo qual se compromete a aceitar integral e irrestritamente as condições estabelecidas neste Edital;
- II. Documentação de habilitação, conforme disciplinado no item 8 deste Edital.

6.3. Todos os documentos deverão ser apresentados em cópia simples, resguardando-se, à PBH Ativos, o poder de solicitar as vias originais para a conferência, quando necessário.

6.4. Ao apresentar requerimento de credenciamento, o requerente declara que conhece e concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos.

6.5. A apresentação de pedido de credenciamento implica na obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas, com a celebração do Termo de

Credenciamento, assumindo o requerente o compromisso de executar o objeto do credenciamento nos seus termos.

7. DO PROCEDIMENTO DO CREDENCIAMENTO

7.1. O presente credenciamento será realizado na modalidade aberta, nos termos do inciso I, do artigo 36 do RILC PBH Ativos, podendo ocorrer **a qualquer tempo, enquanto permanecer vigente o presente edital**, com início do a partir do dia 28/02/2025.

7.2. O processo de credenciamento tem início com o recebimento do requerimento de participação do interessado, juntamente com os documentos para a habilitação mencionados neste instrumento.

7.3. Todos os interessados que atenderem aos requisitos previstos neste edital de credenciamento, desde que seja habilitado, serão credenciados, encontrando-se aptos a serem contratados para executar o objeto, quando da convocação.

7.4. Após a inscrição no credenciamento, com envio da documentação, a PBH Ativos realizará a análise da documentação de habilitação enviada. Encerrada a análise e exaurido o prazo para interposição de recursos administrativos, o procedimento será encaminhado à autoridade superior para homologação.

7.5. O resultado definitivo da análise do requerimento de participação e dos documentos de habilitação, após homologação, será publicado no site oficial da PBH Ativos (www.pbhativos.com.br).

7.6. Após homologação e a respectiva publicação, a PBH Ativos S/A poderá dar início a assinatura do termo de credenciamento, cuja minuta integra este edital como ANEXO IX.

7.6.1 A convocação para a assinatura do Termo de Credenciamento se dará em até 10 (dez) dias após a homologação.

7.7. A credenciada terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Credenciamento, cujo prazo de vigência encontra-se nele fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no RILC PBH Ativos.

7.8. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da credenciada, desde que:

- a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo do seu transcurso; e
- b) A justificativa apresentada seja aceita pela PBH Ativos S/A.

7.8.1. O instrumento poderá ser assinado mediante meio eletrônico, desde que atendidas as exigências mínimas para utilização de assinaturas eletrônicas nos documentos e nas interações nos termos da legislação vigente.

7.8.2 Para os fins do subitem anterior, será encaminhado o instrumento para assinatura, via e-mail, devendo a credenciada assinar e entregar todas as vias no prazo supra.

7.8.3. Por meio da assinatura do termo de credenciamento a interessada autoriza a PBH Ativos a divulgar seu nome, serviços disponíveis e endereço de atendimento, por meio de publicação impressa ou por meio eletrônico disponibilizado no sítio oficial, enquanto perdurar a vigência do credenciamento.

7.9. Após a assinatura do Termo de Credenciamento, a PBH Ativos poderá convocar empresa para prestação de serviço, mediante início do processo de contratação, por meio da assinatura do termo de contrato.

7.10. A interessada deverá apresentar os documentos de habilitação atualizados, cujo prazo de validade tenha expirado entre a data da apresentação e a convocação para assinatura do instrumento.

7.11. A credenciada se obriga a manter, durante toda a vigência do instrumento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas do procedimento auxiliar, apresentando documentação revalidada se, na vigência do instrumento, algum documento perder a validade.

7.12. Na hipótese de a convocada não assinar o instrumento no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à PBH Ativos convocar as credenciadas remanescentes.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto a existência de sanção que impeça sua participação ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a) SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte;
- b) CRC – Certificado de Registro Cadastral emitido pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Belo Horizonte – SMFA, desde que estejam dentro do prazo de validade;
- c) Certidão Negativa Correccional – entes privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome do interessado e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992, aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função administrativa pública direta fundacional e dá outras providências.

8.3. Caso conste na consulta de situação do interessado a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o Agente de Contratação/ Comissão de contratação, diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa apontada no relatório de ocorrências impeditivas indiretas.

8.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de credenciamento.

8.6. Caso atendidas as condições de participação, será analisada a documentação de habilitação do interessado.

8.7. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SUCAF, ou encaminhar, quando solicitado pela PBH Ativos, a respectiva documentação atualizada.

8.8. Para comprovar sua **habilitação jurídica**, o interessado deverá apresentar:

I. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis ou no Registro de Pessoas Jurídicas, conforme a respectiva natureza;

II. Documento de eleição dos administradores, procuração ou ata de assembleia que outorgou poderes ao(s) representante(s), em caso dessa atribuição e do(s) dados pessoais do(s) representante(s) não constarem do estatuto ou Contrato social;

III. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;

IV. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade desempenhada assim o exigir;

V. Certidão Negativa Correccional emitida pela Controladoria-Geral da União, referente ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) - CNEP.“

8.8.1 Excepcionados os documentos referidos no inciso V do subitem 8.8., os documentos supra poderão ser substituídos pelo cadastro do interessado no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte – SUCAF, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 11.245, de 23 de janeiro de 2003, **desde que esteja ATIVO e válido.**

8.9. Para comprovar sua **habilitação fiscal, social e trabalhista**, o interessado deverá apresentar:

- I. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - II. Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da interessada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - III. Certidão de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede da interessada, ou outra equivalente, na forma da lei;
 - IV. Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
 - V. Certidão negativa de débitos trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho;
 - VI. Declaração de que não emprega menores de 18(dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16(dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos; em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 8.9.1.** A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativa.
- 8.9.2.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sendo-lhes concedido, no momento apropriado, o tratamento diferenciado e simplificado, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Municipal nº 16.535, de 30 de dezembro de 2016.
- 8.9.3.** A regularidade fiscal mencionada neste subitem não abrange débitos que não possuam origem fiscal, tais como multas de qualquer espécie, exceto se forem indispensáveis para garantir o cumprimento das obrigações do futuro Contrato.

8.10. Para comprovar sua **qualificação técnica**, a interessada deverá apresentar:

- I Comprovante de inscrição junto ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT do Governo Federal, tanto na modalidade refeição, como na modalidade
- Replicação Edital credenciamento nº 001/2025

alimentação, regulamentado pelo artigo 175 do Decreto Federal nº 10.854, de 10 de novembro de 2021.

II Atestado(s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa presta ou prestou serviço de distribuição de créditos alimentação e refeição/lanche, por meio de cartões eletrônicos e/ou magnéticos, com número de usuários igual ou superior ao número de beneficiários da PBH Ativos, no mesmo período da prestação dos serviços.

III. Relação detalhada da rede de estabelecimentos credenciados, em formato digital, indexada por Município/Distrito Federal, devendo conter as seguintes informações: razão social, nome fantasia, natureza do serviço prestado, número de inscrição do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, endereço, telefone com DDD e e-mail (se houver), de modo a atender aos padrões estabelecidos pela Portaria STI/DSST nº 03, de 01 de março de 2002, do Ministério do Trabalho. A referida relação deverá ser reapresentada no ato da assinatura do contrato, a fim de disponibilizar a listagem mais atualizada possível. A reapresentação deverá ocorrer no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de solicitação da PBH Ativos, sendo condição indispensável à assinatura do contrato.

8.10.1. O (s) atestado (s) de capacidade técnica poderá (ão) ser apresentado (s) em nome da empresa, com CNPJ da matriz e/ou da (s) filial (ais) do interessado;

8.10.2. Não será (ão) aceito (s) atestado (s) de capacidade técnica emitido (s) pela própria empresa a ser credenciada.

8.10.3. A PBH Ativos se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos respectivos Contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

8.11. Para comprovar sua **qualificação econômico-financeira**, o interessado deverá apresentar:

I. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03(três) meses da data da sua apresentação.

II. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial da empresa, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida no domicílio da pessoa jurídica, emitida nos últimos 06(seis) meses.

III. A situação financeira do fornecedor que apresentar o balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis exigidas serão avaliadas com base nos seguintes

Índices: Cálculo dos índices de Liquidez Geral (LG), solvência geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- a) Serão consideradas habilitadas as empresas que apresentarem, para cada um dos índices exigidos, valor maior ou igual a 1(um). As empresas deverão apresentar o cálculo indicado, com a identificação e assinatura do responsável pelo cálculo, juntamente com a documentação informada neste item.
- b) Aqueles que não comprovarem o atendimento dos índices mencionados no §1º, poderão comprovar de forma alternativa, a existência de patrimônio líquido correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- c) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar registrados na Junta Comercial ou órgão equivalente na forma da legislação vigente.
- d) A exigência contida neste subitem aplica-se inclusive às micro e pequenas empresas optantes ou não pelo Simples Nacional.
- e) A critério da Companhia, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pela interessada dos índices econômicos previstos no edital.

8.12. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do Proponente, devendo ser observado:

- I. se o Proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- II. se o Proponente for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, comprovadamente, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;
- III. para efeito de qualificação técnica serão admitidos atestados de capacidade técnica emitidos em nome da matriz e/ou filial.

8.13. Deverão ser apresentadas, sob pena de inabilitação, as **Declarações constantes dos Anexos III a XI**, devidamente assinadas.

8.14. Para fins de habilitação, os documentos que não possuem prazo de validade deverão possuir data de emissão de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, tendo como referência a data de abertura do credenciamento.

9. SUBCONTRATAÇÃO

9.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto a ser contrato, exceto na hipótese de serviço secundário que não interage a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pela PBH Ativos S.A., mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da credenciada.

10. CADASTRO DAS EMPRESAS CREDENCIADAS

10.1. Todas as empresas que cumprirem as etapas de habilitação e assinarem o Termo de Credenciamento estarão credenciadas a prestar serviços de administração, intermediação e fornecimento de benefícios de alimentação, lanche e refeição.

10.2. Fica vedada a oferta de quaisquer programas de recompensa que envolvam operações de cashback.

10.3. Consideram-se operações de cashback aquelas que envolvam programa de recompensa em que o consumidor receba de volta, em dinheiro, parte do valor pago ao adquirir produto ou contratar serviço, após o pagamento integral à empresa fornecedora ou prestadora.

10.4. As empresas credenciadas deverão manter atualizados os seus dados cadastrais perante a PBH Ativos S.A., sob pena de suspensão temporária do credenciamento, até a sua regularização.

11. DOS RECURSOS E REQUERIMENTOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento da habilitação ou inabilitação dos proponentes, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto abaixo:

11.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação.

11.3. Os recursos deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico geadm.ativos@pbhativos.com.br, devendo ser informado no campo “assunto”: RECURSO / REQUERIMENTO: CREDENCIAMENTO nº 001/2025).

11.4. O recurso será dirigido ao Agente de Contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de até 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a Diretora-Executiva, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de até 03 (três) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no site da PBH Ativos e na sede da PBH Ativos, localizada na Rua Espírito Santo nº 605 – 10º andar – Centro – Belo Horizonte – Minas Gerais, no horário de 09 às 17 horas.

12. DAS HIPÓTESES DE DESCREDENCIAMENTO

12.1. A PBH Ativos poderá realizar o credenciamento, sem a aplicação de penalidades administrativas, quando houver:

I. pedido formalizado pelo credenciado;

II. perda das condições de habilitação do credenciado;

III. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

IV. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

12.2. Na hipótese do inciso I, o credenciado poderá solicitar o seu credenciamento a qualquer tempo, sem a aplicação de penalidades administrativas, desde que não tenha contratação vigente, mediante envio de requerimento à PBH Ativos. A solicitação de credenciamento deve ser realizada por meio do endereço eletrônico geadm.ativos@pbhativos.com.br

12.3. O credenciamento a pedido do interessado deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis mediante justificativa.

12.4. O credenciado que tenha contrato vigente com a PBH Ativos somente poderá ser credenciado após o regular cumprimento das obrigações assumidas.

12.5. Nas hipóteses previstas nos incisos II e III, além do credenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurando o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

12.6. Após a formalização da contratação, as hipóteses de rescisão serão regidas pelos próprios instrumentos contratuais;

13. DA SELEÇÃO DA CONTRATADA

13.1. A seleção da contratada estará a cargo do beneficiário direto da prestação, ou seja, caberá aos empregados/diretores a escolha da empresa credenciada que for de seu interesse.

13.2. Após o procedimento de credenciamento, a PBH Ativos realizará processo interno de seleção para que os beneficiários façam a opção pelo fornecedor de sua preferência.

13.3. A votação interna será realizada através da ferramenta *Google forms*, cujo link contendo o formulário de votação será disponibilizado pela Gerência Contábil e de Pessoal.

13.4. Caso haja apenas uma empresa habilitada, não será necessário realizar processo de votação.

13.5. O beneficiário somente poderá optar por outra credenciada após decorrido o prazo de 12(doze) meses.

13.6. Os beneficiários que não fizerem a opção dentro do prazo estipulado serão compulsoriamente vinculados à empresa credenciada que foi escolhida pela maioria.

13.7. Após a divulgação da escolha das empresas pelos empregados, a PBH Ativos poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual e a emissão da Ordem de Serviço.

14. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. O Contrato será formalizado com o(s) credenciado(s) escolhido(s) pelos beneficiários direto da prestação do serviço, mediante inexigibilidade de licitação, nos termos da Seção III, Capítulo IV, do RILC PBH Ativos.

14.2. É condição para celebração do Contrato a manutenção de todas as condições exigidas neste edital.

14.3. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

14.4. Eventuais alterações serão realizadas mediante termo aditivo.

14.5. A(s) credenciada(s) deverá(ão) assinar o(s) Contrato(s) dentro do prazo de até 03 (três) dias úteis contados da respectiva convocação.

14.6. O prazo para a assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela credenciada durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela PBH Ativos.

14.7. Quando da assinatura do Contrato a credenciada deverá apresentar, conforme solicitado pela PBH Ativos, envio de documentação que comprove a manutenção das condições apresentadas quando do credenciamento do interessado.

14.8. A recusa em formalizar o contrato, no prazo estabelecido no subitem 14.5, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, ensejará a decadência do direito à contratação e sujeitará a credenciada às penalidades cabíveis.

14.9. As despesas com a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte “DOM” correrão por conta da PBH Ativos S.A.

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA, DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. A vigência deste Edital de Credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação, podendo seu edital ser revogado ou republicado por igual período, por quantas vezes a PBH Ativos entender pela necessidade de sua manutenção, mantidas todas as suas condições, nos termos do art. 108 do RILC PBH Ativos.

15.2 O futuro contrato terá o prazo de vigência e de execução de 12(doze) meses, contados da data de sua assinatura, nos termos dos arts. 71,72 e 81 da Lei Federal nº 13.303/2016, admitida a prorrogação nos limites legais.

15.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a PBH Ativos S.A., vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

15.4. O serviço será recebido pela Contratante da seguinte forma:

- I. Provisoriamente, pelo fiscal do contrato, quando da respectiva entrega, mediante termo de recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade e quantidade do mesmo com as especificações constantes do edital de credenciamento, do contrato e do Termo de Referência.
- II. As eventuais impropriedades constatadas deverão ser registradas em documento próprio, no qual constarão as medidas a serem adotadas pela Contratada e os respectivos prazos.
- III. Uma vez verificado que o objeto contratual está em conformidade com as exigências do edital, do contrato e do Termo de Referência, o mesmo será recebido definitivamente pelo gestor do contrato, com a lavratura do termo de recebimento definitivo, podendo, no caso de obras de engenharia, o recebimento

definitivo se dar por equipe técnica composta por responsável da contratada, fiscal do contrato e agente público com qualificação profissional relacionada à área de engenharia, integrante do quadro de empregados da PBH Ativos ou indicado por esta.

15.5. Poderá ser dispensado o recebimento provisório nos casos de serviços profissionais definidos no inciso II do artigo 30 da Lei Federal nº 13.303/2016 e nas hipóteses em que não houver necessidade de registrar a data de entrega e a quantidade do bem, produto, serviço ou obra executada, e nas demais situações em que couber o recebimento definitivo.

15.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia e qualidade dos bens entregues e/ou do serviço realizado.

15.7. Na hipótese de rescisão do contrato, caberá ao gestor atestar as parcelas adequadamente concluídas, recebendo definitivamente, conforme o caso.

15.8. O recebimento deverá ser realizado dentro do prazo de vigência do contrato, nos prazos de até 15(quinze) dias para o recebimento provisório e 90(noventa) dias para o recebimento definitivo, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados no processo de contratação.

16. DO RECURSO FINANCEIRO

16.1. O custo da presente prestação de serviços ocorrerá por disponibilidade financeira da PBH Ativos S/A, considerando o disposto no art. 12 da Lei Municipal nº 10.003/2010.

17. DO PAGAMENTO MEDIANTE FUTURO CONTRATO

17.1 A PBH Ativos solicitará, mensalmente, a disponibilização dos créditos eletrônicos mediante a remessa dos dados dos seus beneficiários, inclusive nome, CPF, matrícula, valor do crédito e detalhamento quanto ao tipo de vale (refeição/alimentação).

17.2 Após, a Contratada deverá encaminhar o documento de cobrança (Nota Fiscal/Fatura, preferencialmente eletrônica) para a PBH Ativos, observando as disposições contratualmente estabelecidas e as orientações do fiscal do contrato.

17.3. No corpo das notas fiscais deverá constar o número do contrato e a descrição da prestação dos serviços, e deverá ser enviada devidamente acompanhada da planilha de custo mensal para fins de conferência pelo fiscal do contrato.

17.4 A PBH Ativos realizará o pagamento antecipado à Contratada, em observância ao disposto na Lei nº 14.442/2022.

17.5 Os créditos eletrônicos, nos valores indicados pela PBH Ativos, deverão ser disponibilizados pela Contratada em até 3 (três) dias úteis, a contar do pagamento da nota fiscal referente ao pedido.

17.6 Os créditos deverão ser disponibilizados nos cartões, mensalmente, a partir das 0:00 horas da data estabelecida pela PBH Ativos no ato da solicitação.

17.7 O valor total do crédito mensal e a quantidade de cartões poderão sofrer alterações, bem como o remanejamento de uma modalidade para outra, a critério da PBH Ativos, mediante comunicação prévia.

17.8 A informação da inclusão/exclusão de beneficiários constará no arquivo de pedido mensal enviado à Contratada, com o acréscimo ou decréscimo de beneficiários incluídos no pedido.

17.9 Além das recargas mensais, a PBH Ativos poderá, excepcionalmente, solicitar a disponibilização de créditos extras.

17.10 Os créditos inseridos nos cartões eletrônicos, se não utilizados dentro do mês de competência, deverão obrigatoriamente somar-se aos próximos créditos.

18. ÍNDICE DE REAJUSTE

18.1. A taxa de administração, tanto para o vale refeição, quanto para o vale alimentação, será fixada em 0% (zero por cento) e irrevogável, durante toda a vigência do Contrato, considerando os termos do Decreto Federal nº 10.854, de 10 de novembro de 2021 e a Lei Federal nº 14.442, 02 de setembro de 2022.

18.2. O valor dos benefícios será alterado conforme determinação da PBH Ativos S.A. ou de Convenção Coletiva de Trabalho.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. A prática de atos ilícitos sujeita a Interessada/Credenciada/Contratada à aplicação das seguintes sanções administrativas, na forma do Capítulo VIII do RILC PBH Ativos e, no que couber, do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022:

- I. Advertência;
- II. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório e/ ou Contrato;
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos S.A.

19.2. DA ADVERTÊNCIA

19.2.1. A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal à Interessada/Credenciada/Contratada, advertindo-lhe sobre o

descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

19.2.2. A advertência será aplicada quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.2.3. A aplicação de 03(três) sanções de advertência pelo mesmo motivo possibilita a aplicação da sanção de suspensão temporária e de impedimento de licitar e contratar.

19.3. DA MULTA

19.3.1. Caso a Interessada/Credenciada/Contratada descumpra a legislação ou cláusulas contratuais ou dê causa a atraso de cumprimento dos prazos previstos no TR e seus anexos, no Edital e no contrato, ou ainda, der causa à inexecução total ou parcial do contrato sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, os seguintes percentuais e diretrizes:

I. Multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente;

II. A multa moratória poderá ser aplicada mesmo nas hipóteses em que ocorrer a aceitação da prorrogação do prazo de entrega;

III. A multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor do credenciamento a credenciada que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022.

IV. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, se houver entrega do objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas, ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

V. Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão de cometimento das infrações administrativas previstas no art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022.

VI. As multas previstas acima serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

VII. A multa moratória poderá ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.

19.4. Poderão ser aplicadas as penas de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos S.A. pelo prazo máximo de 02(dois) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a XII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022.

19.5 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade do credenciamento, após assinatura do Termo de Credenciamento, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a PBH ATIVOS, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

19.6 As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a contratada do dever de plena execução do objeto contratado.

19.7 A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à contratante.

19.8 No que se refere ao procedimento das sanções administrativas, será observado o previsto no Capítulo VIII do RILC PBH Ativos e, no que couber, e na ausência de disposições expressas em contrário, os preceitos do Decreto Municipal nº 18.093, de 20 de setembro de 2022.

20. DISPOSIÇÕES CONTRA FRAUDE E CORRUPÇÃO

20.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pela PBH Ativos serão observadas as determinações que se seguem, além das disposições insertas nas IN 007/2023-Código de Conduta Ética e de Integridade da PBH Ativos e IN 008/2022-Política de Integridade e Anticorrupção da PBH Ativos, disponíveis no sítio eletrônico www.pbhativos.com.br.

20.2. As Interessadas, Credenciadas e as Contratadas deverão observar o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

I. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário e/ou empregado público no processo de licitação ou execução do contrato;

II. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do Contratante;

III. prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

IV. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

V. prática obstrutiva” significa:

- a) destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou
- b) agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

20.3. A PBH Ativos rejeitará a participação e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que a interessada/credenciada, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório ou durante a execução do contrato.

20.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

21.1. As obrigações da Contratante são as estabelecidas no contrato, que segue como parte integrante deste edital.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

22.1. As obrigações da Contratada são as estabelecidas no contrato, que segue como parte integrante deste edital.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Os prazos previstos no Edital contar-se-ão em dias corridos, salvo disposição expressa quanto à contagem em dias úteis.

23.1.1. Os prazos serão computados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

23.1.2. Caso o primeiro ou o último dia de contagem seja dias não úteis, o início ou o vencimento do prazo dar-se-á no dia útil subsequente.

23.2. Poderá a PBH Ativos revogar o presente credenciamento, no todo ou em parte, por conveniência administrativa ou interesse público devidamente justificado, sem que caiba ao interessado/credenciado direito à indenização.

23.3. O interessado/credenciado é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do credenciamento.

23.3.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará o imediato descredenciamento do credenciado que o tiver apresentado, ou, caso venha a ser contrato, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.4. É facultado ao Agente de contratação ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase do credenciamento, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

23.5. O Agente de Contratação no exercício de suas funções poderá se valer de pareceres técnicos e/ou jurídicos exarados por servidor/comissão devidamente constituídos, para embasar sua decisão quando do julgamento das fases de habilitação.

23.6. O interessado/credenciado intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de contratação, sob pena de desclassificação/inabilitação.

23.7. O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do interessado, desde que seja possível a aferição de sua qualificação.

23.8. As normas que disciplinam este credenciamento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da PBH ATIVOS S/A, a finalidade e a segurança do procedimento.

23.9. As decisões referentes a este processo de credenciamento serão comunicadas aos interessados via e-mail, site da PBH Ativos ou por qualquer meio

de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

23.10. O interessado fica ciente de que os documentos cuja publicidade seja exigida, nos termos do Decreto Municipal nº 17.317/2020, serão disponibilizados pela PBH Ativos na internet, para acesso público.

23.11. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Agente de Contratação ou pela autoridade a ele superior.

23.12. A participação do interessado neste credenciamento implica em aceitação de todos os termos deste Edital e seus anexos.

23.13. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultante deste Edital será o da Comarca de Belo Horizonte.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2025.

Leonardo Maurício Colombini Lima
Diretor-Presidente

Roberta H. Roletti
Diretora-Executiva

ANEXO I
REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

Processo Administrativo nº 09.25.891

LOGO/TIMBRE DA EMPRESA

A Empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº....., neste ato representada pelo(a)....., Sr(a)....., com sede na Rua....., na Cidade de, Estado de, apresenta requerimento de participação do Edital de Chamamento Público nº 001/2025, a fim se credenciar para prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração e disponibilização de créditos de auxílio alimentação e ou refeição e lanche através de cartões eletrônicos/magnéticos, com tecnologia de chip de segurança e senha pessoal, ao número estimado de 47(quarenta e sete) empregados e 03(três) Diretores da PBH Ativos S.A., com cargas e recargas dos créditos eletrônicos, na modalidade online, que possibilitem a aquisição de alimentos “*in natura*” e refeições prontas, respectivamente, promovendo a qualidade de vida dos empregados de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho e a Lei Federal nº 6.321/1976 alterada pela Lei Federal nº 14.442/2022, que dispõe sobre o pagamento do auxílio ao empregado e na forma definida na legislação do Ministério do Trabalho e Emprego que regulamenta o PAT – Programa de alimentação do trabalhador e para cumprir a determinação do acordo coletivo de trabalho 2024, no qual foram previstos os valores e quantidades do vale alimentação/refeição e vale lanche ofertados aos empregados da Companhia.

Para tanto, declaramos atender às exigências do edital e seus anexos, bem como aceitar integralmente todas as condições estabelecidas no referido documento.

(Local e data)

(assinatura do Representante legal)

ANEXO II
PREÇO DOS SERVIÇOS**CREDENCIAMENTO Nº 001/2025**

Descrição	Qtd. estimada de beneficiários	Unid. Medida	Valor unitário do benefício	Taxa de Administração
Serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de cartão eletrônico-magnético com chip de segurança e senha pessoal, em PVC, para concessão do vale alimentação e/ou vale refeição e vale lanche aos empregados e diretores da PBH ATIVOS S.A visando à aquisição de gêneros alimentícios "in natura" e/ou refeições prontas em estabelecimentos credenciados, em âmbito nacional.	50	Dias úteis	a) Vale alimentação / Refeição: R\$36,13 b) Vale Lanche: R\$5,09	0%
VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO (12 meses):			<u>R\$443.336,00</u>	
OBS.: <ol style="list-style-type: none"> A quantidade de empregados e a unidade de medida são estimadas, podendo haver variação para mais ou para menos. O preço da prestação de serviços está expresso por uma TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, a qual será de 0,00% (zero vírgula zero por cento). É vedada a utilização da Taxa de Administração Negativa, ou seja, inferior a 0 (zero). Não serão admitidas cobranças de tarifas, comissões ou taxas extras para cobertura de serviços ou procedimentos inerentes à execução do objeto, nem mesmo para emissão ou reemissão de cartões extraviados, furtados ou roubados. É vedada a concessão de qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado. No valor estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto. Fica vedada a oferta de quaisquer programas de recompensa que envolvam operações de cashback. Consideram-se operações de cashback aquelas que envolvam programa de recompensas em que o consumidor receba de volta, em dinheiro, parte do valor pago ao adquirir produto ou contratar serviço, após o pagamento integral à empresa fornecedora ou prestadora. 				

Logo/timbre da empresa

ANEXO III**DECLARAÇÃO**

A empresa(inserir razão social), com sede na nº
Bairro , cidade de , inscrita no CNPJ nº
..... por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr.(a.)..... (inserir o nome), CPF nº

DECLARA que:

- 1- Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
- 2- Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor estabelecido compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções/acordos coletivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3- Não empresa menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empresa menor de 16(dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14(quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal/88;
- 4- Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 5- Aceita executar os serviços nos termos especificados no edital de credenciamento.
- 6- Se demandado, estarei apto a celebrar o contrato e prestar os serviços pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado;

_____, ____ de _____ de 2025

Assinatura do responsável legal

Logo/timbre da empresa

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR
123/2006

Declaramos, sob as penas da lei, que a interessada _____ é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, na condição de _____ considerando os valores da receita bruta e o atendimento aos requisitos previstos na Lei supracitada.

Atestamos, para os devidos fins, que a interessada não se encontra enquadrada em nenhuma das hipóteses que veda a concessão do tratamento jurídico diferenciado, previstas nos incisos I a X do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.

Possuímos ciência da nossa obrigação de comunicar à PBH Ativos S/A quaisquer fatos supervenientes que alterem a situação de nossa empresa.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do responsável legal

Logo/timbre da empresa

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DA LEI ORGÂNICA

CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

Declaro, para os devidos fins, que os trabalhadores da _____ (Razão Social da interessada) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no _____ (endereço completo) _____, envolvidos na execução do objeto do Credenciamento mencionado acima não incorrem nas proibições previstas no artigo 49-B da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte/MG, *in verbis*:

“Art. 49-B - Não poderão prestar serviço a órgãos e entidades do Município os trabalhadores das empresas contratadas declarados inelegíveis em resultado de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa a, pelo menos, uma das seguintes situações:

Art. 49-B acrescentado pela Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 14/09/2011 (Art. 2º)

I - Representação contra sua pessoa julgada procedente pela Justiça Eleitoral em processo de abuso do poder econômico ou político;
II - Condenação por crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública ou o patrimônio público.

Parágrafo único - Ficam as empresas a que se refere o caput deste artigo obrigadas a apresentar ao CONTRATANTE, antes do início da execução do CONTRATO, declaração de que os trabalhadores não incorrem nas proibições de que trata este artigo. (NR)”

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do responsável legal

Logo/timbre da empresa

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE
AO ARTIGO 38 DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016

(REPRESENTANTE DA CONTRATADA, CPF -----], como representante devidamente constituído da EMPRESA ----CNPJ:-----, [doravante denominado CONTRATADA], DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa não incorre em nenhum dos impedimentos para participar de licitações e ser contratada, prescritos no artigo 38 da Lei Federal nº 13.303/2016, quais sejam:

- . cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da PBH Ativos S.A.;
- . suspensa pela PBH Ativos S.A.;
- . declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a PBH Ativos S.A., enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- . constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- . cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- . constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- . cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- . que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

Aplica-se a vedação também:

I. à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de interessado/credenciado; a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

- a) dirigente da PBH Ativos S.A.;
- b) empregado PBH Ativos S.A., cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
- c) autoridade do ente público a que a PBH Ativos S.A. esteja vinculada.

II. cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a PBH Ativos S.A. promotora da licitação ou Contratante há menos de 6 (seis) meses.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do responsável legal da empresa participante

Logo/timbre da empresa

ANEXO VII

PLANILHA RELAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS ATIVOS CREDENCIADOS.

Logo/timbre da empresa

ANEXO VIII

**MODELO DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE
DADOS PESSOAIS - LGPD**

CREDENCIAMENTO Nº.001/2025

Eu, (nome),(nacionalidade),
..... (estado civil), inscrito (a) no CPF sob o nº
..... e no RG nº(informar), declaro
que aceito que os dados da pessoa jurídica a qual represento e de seu quadro
societário, inclusive os meus próprios, sensíveis ou não, sejam tratados e
processados de forma a possibilitar a efetiva execução do objeto deste
Credenciamento, autorizando expressamente a divulgação dos dados necessários
nos portais de transparência, site, PNCP e onde mais for necessário, em
observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a
Administração Pública e nos termos da Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de
2018.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente termo.

....., em de de

.....

(assinatura)

Logo/timbre da empresa

ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO À LGPD

CREDENCIAMENTO Nº.001/2025

A empresa(inserir razão social), com sede na nº
Bairro , cidade de , inscrita no CNPJ nº
..... por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr.(a.)..... (inserir o nome), CPF nº
DECLARA, a sua Conformidade com A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
(Lei n.º 13.709/2018 - LGPD), nos seguintes termos:

1. A empresa declara estar em conformidade com a LGPD, adotando medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança e proteção dos dados pessoais sob sua guarda, em conformidade com os princípios estabelecidos na referida legislação;
2. Compromete-se a tratar os dados pessoais apenas para as finalidades necessárias ao cumprimento de suas obrigações contratuais e legais, respeitando os princípios da transparência, segurança e minimização de dados;
3. Declara que possui políticas e procedimentos internos voltados para a proteção de dados pessoais, incluindo controles de segurança, gestão de riscos e resposta a incidentes de privacidade;
4. Compromete-se a comunicar qualquer incidente de segurança que possa comprometer dados pessoais, nos termos da legislação vigente, bem como a cooperar com as autoridades competentes sempre que necessário;
5. Declara que seus colaboradores e prestadores de serviço são devidamente treinados e conscientizados quanto à importância da proteção de dados pessoais e à necessidade do cumprimento da LGPD;
6. Responsabiliza-se pelo cumprimento das obrigações decorrentes da LGPD, bem como às disposições editais e contratuais acerca do tratamento de dados pessoais, respondendo por eventuais infrações à legislação de proteção de dados que sejam de sua exclusiva responsabilidade.
7. A empresa se compromete a fornecer quaisquer informações adicionais que se fizerem necessárias para comprovar sua conformidade com a LGPD.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente termo.

....., em de de

.....

(assinatura)

ANEXO X**MODELO DE MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO****CREDENCIAMENTO Nº. 001/2025****TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2025**

A PBH ATIVOS S/A, Sociedade Anônima de capital fechado, sob o controle acionário do Município de Belo Horizonte, com sede na Rua Espírito Santo, nº 605 – 10º Andar – Centro – Belo Horizonte / MG – CEP: 30.160-919, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Leonardo Maurício Colombini Lima, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 065.276.716-87, e por sua Diretora-Executiva, Roberta Hygino Roletti Zimmer, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº.: 013.290.856-55, doravante denominada **CREDENCIANTE** e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº., estabelecida à(endereço)....., (cidade/estado), CEP:, representada por seu (sócio/diretor e nome), e CPF:, neste ato denominada **CREDENCIADA**, RESOLVEM celebrar este **TERMO DE CREDENCIAMENTO** mediante as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

1.1. O presente Termo de Credenciamento tem como fundamento a Lei Federal nº 13.303/2016, o Decreto Municipal nº 18.240 de 2023, a Instrução Normativa nº 005/2024 (RILC PBH Ativos) e suas alterações, bem como o Edital de CREDENCIAMENTO 001/2025 e seus anexos, parte integrante deste processo, independente de transcrição.

1.2. Trata-se de contratação com seleção a critério de terceiros, na hipóteses em que o beneficiário direto da prestação de serviço ou do fornecimento de bens definirá com quem contratará, e servirá exclusivamente para indicação, aos terceiros, daqueles que atendem os critérios e requisitos estabelecidos pela administração pública para atendimento do interesse público, nos termos do art. 15 do Decreto Municipal nº 18.240 de 2023 e do art. 103, §1º, II, da Instrução

Normativa nº 005/2024 - RILC PBH ATIVOS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente Termo de Credenciamento tem por objeto a prestação de serviços, caso seja contratada, de gerenciamento, implementação, administração e disponibilização de créditos de auxílio alimentação e/ou refeição e lanche através de cartões eletrônicos/magnéticos com tecnologia de chip de segurança e senha pessoal ao número estimado de 47(quarenta e sete) empregados e 03(três) Diretores da PBH Ativos S.A., com cargas e recargas dos créditos eletrônicos, na modalidade online, que possibilitem a aquisição de alimentos “*in natura*” e refeições prontas, respectivamente, promovendo a qualidade de vida, o bem-estar e a saúde dos beneficiários, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho e a Lei Federal nº 6.321/1976, alterada pela Lei Federal nº 14.442/2022, que dispõe sobre o pagamento do auxílio ao empregado, e na forma definida na legislação do Ministério do Trabalho e Emprego que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, e para cumprir a determinação do acordo coletivo de trabalho 2024, no qual foram previstos os valores e quantidades do vale alimentação/refeição e vale lanche ofertados aos empregados/Diretores da Companhia, conforme condições estabelecidas neste instrumento, no Edital e seus anexos e no Termo de Referência.

2.2. A quantidade de beneficiários e os valores efetivamente pagos são variáveis, conforme escolha e adesão dos beneficiários à credenciada.

2.3. Os serviços deverão ser prestados conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, pelo Edital e seus anexos, vinculando este Termo de Credenciamento, independentemente de transcrição:

2.3.1. O Edital de Credenciamento n.001/2025 - Chamamento Público de Credenciamento nº.001/2025 e seus anexos;

2.3.2. O Termo de Referência, anexo ao Edital; e

2.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência do presente Termo de Credenciamento é de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, admitida a prorrogação nos termos legais.

3.2. O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido ou prorrogado em conformidade com o edital, termo de referência e regras contidas na Lei Federal 13.303/2016 e na Instrução Normativa nº 005/2024 - RILC PBH Ativos.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

Descrição	Qtd. estimada de beneficiários	Unid. Medida	Valor unitário do benefício	Taxa de Administração
Serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de cartão eletrônico-magnético com chip de segurança e senha pessoal, em PVC, para concessão do vale alimentação e/ou vale refeição e vale lanche aos empregados e diretores da PBH ATIVOS S.A visando à aquisição de gêneros alimentícios "in natura" e/ou refeições prontas em estabelecimentos credenciados, em âmbito nacional.	50	Dias úteis	b) Vale alimentação / Refeição: R\$36,13 b) Vale Lanche: R\$5,09	0%
VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO (12 meses):			<u>R\$443.336,00</u>	
OBS.: <p>9. A quantidade de empregados e a unidade de medida são estimadas, podendo haver variação para mais ou para menos.</p> <p>10. O preço da prestação de serviços está expresso por uma TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, a qual será de 0,00% (zero vírgula zero por cento).</p> <p>11. É vedada a utilização da Taxa de Administração Negativa, ou seja, inferior a 0 (zero).</p> <p>12. Não serão admitidas cobranças de tarifas, comissões ou taxas extras para cobertura de serviços ou procedimentos inerentes à execução do objeto, nem mesmo para emissão ou reemissão de cartões extraviados, furtados ou roubados.</p> <p>13. É vedada a concessão de qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado.</p> <p>14. No valor estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.</p> <p>15. Fica vedada a oferta de quaisquer programas de recompensa que envolvam operações de cashback.</p> <p>16. Consideram-se operações de cashback aquelas que envolvam programa de recompensas em que o consumidor receba de volta, em dinheiro, parte do valor pago ao adquirir produto ou contratar serviço, após o pagamento integral à empresa fornecedora ou prestadora.</p>				

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 A PBH Ativos solicitará, mensalmente, a disponibilização dos créditos eletrônicos mediante a remessa dos dados dos seus beneficiários, inclusive nome, CPF, matrícula, valor do crédito e detalhamento quanto ao tipo de vale (refeição/alimentação).

5.2 Após, a Contratada deverá encaminhar o documento de cobrança (Nota Fiscal/Fatura, preferencialmente eletrônica) para a PBH Ativos, observando as disposições contratualmente estabelecidas e as orientações do fiscal do contrato.

5.3. No corpo das notas fiscais deverá constar o número do contrato e a descrição da prestação dos serviços, e deverá ser enviada devidamente acompanhada da planilha de custo mensal para fins de conferência pelo fiscal do contrato.

5.4 A PBH Ativos realizará o pagamento antecipado à Contratada, em observância ao disposto na Lei nº 14.442/2022.

5.5 Os créditos eletrônicos, nos valores indicados pela PBH Ativos, deverão ser disponibilizados pela Contratada em até 3 (três) dias úteis, a contar do pagamento da nota fiscal referente ao pedido.

5.6 Os créditos deverão ser disponibilizados nos cartões, mensalmente, a partir das 0:00 horas da data estabelecida pela PBH Ativos no ato da solicitação.

5.7 O valor total do crédito mensal e a quantidade de cartões poderão sofrer alterações, bem como o remanejamento de uma modalidade para outra, a critério da PBH Ativos, mediante comunicação prévia.

5.8 A informação da inclusão/exclusão de beneficiários constará no arquivo de pedido mensal enviado à Contratada, com o acréscimo ou decréscimo de beneficiários incluídos no pedido.

5.9 Além das recargas mensais, a PBH Ativos poderá, excepcionalmente, solicitar a disponibilização de créditos extras.

5.10 Os créditos inseridos nos cartões eletrônicos, se não utilizados dentro do mês de competência, deverão obrigatoriamente somar-se aos próximos créditos.

CLÁUSULA SEXTA– DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE REFERÊNCIA E AO EDITAL

6.1 Todas as normatizações quanto às obrigações das partes, prazos e local de fornecimento, condições de recebimento, gerenciamento e fiscalização, e ainda sanções que constam no Termo de Referência nº 026/2024 e no Edital de Credenciamento nº 001/2025, são partes integrantes deste Termo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1. As partes elegem o foro da comarca de Belo Horizonte/MG, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste termo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

7.2. E por estarem assim justos e acordados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Belo Horizonte/MG, XX/XX/2025.

CREDENCIANTE

CREDENCIADA

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG: _____ CPF: _____

NOME: _____

RG: _____ CPF: _____

ANEXO XI - MINUTA DE CONTRATO**Processo nº 09.25.891**

Contratação de empresa especializada para gerenciamento, implementação, administração e disponibilização de créditos de auxílio alimentação e/ou refeição e lanche através de cartões eletrônicos/magnéticos com tecnologia de chip de segurança e senha pessoal para atendimento das necessidades da PBH Ativos S.A., conforme condições e exigências estabelecidas neste Contrato e seus anexos, que celebram a **PBH ATIVOS S/A** e a empresa

A PBH ATIVOS S/A, Sociedade Anônima de capital fechado, sob o controle acionário do Município de Belo Horizonte, com sede na Rua Espírito Santo, nº 605 – 10º Andar – Centro – Belo Horizonte / MG – CEP: 30.160-919, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor-Presidente Leonardo Maurício Colombini Lima, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 065.276.716-87, e por sua Diretora-Executiva, Roberta Hygino Roletti Zimmer, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº: 013.290.856-55, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº., estabelecida à(endereço)....., (cidade/estado), CEP:, representada por seu (sócio/diretor e nome), e CPF:, neste ato denominada **CONTRATADA**, celebram o presente CONTRATO, decorrente do Credenciamento nº 001/2025, processo administrativo nº 09.25.891, conforme cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DOS ANEXOS

2. Credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, implementação, administração e disponibilização de créditos de auxílio alimentação e/ou refeição e lanche através de cartões eletrônicos/magnéticos com tecnologia de chip de segurança e senha pessoal ao número estimado de 47(quarenta e sete) empregados e 03 (três) Diretores da PBH Ativos S.A., com cargas e recargas dos créditos eletrônicos, na modalidade online, que possibilitem a aquisição de alimentos “*in natura*” e refeições prontas, respectivamente, promovendo a qualidade de vida, o bem-estar e a saúde dos empregados de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho e a Lei Federal nº 6.321/1976, alterada pela Lei Federal nº 14.442/2022, que dispõe sobre o pagamento do auxílio alimentação ao empregado, na forma definida na legislação do Ministério do Trabalho e Emprego que regulamenta o PAT – Programa de

Replicação Edital credenciamento nº 001/2025 Página 38 de 74

Alimentação do Trabalhador, e para cumprir a determinação do acordo coletivo de trabalho, no qual foi previsto os valores e quantidades dos vales alimentação/refeição e vale lanche ofertados aos empregados/Diretores da Companhia.

2.1 Integram o presente contrato para todos os fins de direito o Termo de Referência, o Edital e seus anexos, independente de sua transcrição;

2.1.1. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados no *caput* e as deste contrato, prevalecerão as regras contidas no Edital de chamamento público para credenciamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

3.1. Este contrato é regido pelas suas disposições, seus anexos e pelas seguintes normas, incluindo suas alterações: Decretos Municipais nº 15.185/2013, nº 16.535/2016, nº 17.317/2020, 18.096/2022 e nº 18.240 de 2023, Lei Municipal nº 10.936/2016, Leis Federais nº 12.846/2013 e nº 13.303/2016, e Lei Complementar nº 123/2006, Instrução Normativa PBH ATIVOS nº 005/2024 que instituiu o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBH ATIVOS, e ainda, pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e pelos preceitos de direito privado.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

4.1 O prazo de vigência e de execução deste contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, nos termos dos arts. 71, 72 e 81 da Lei Federal nº 13.303/2016, admitida a prorrogação nos limites legais.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATADO

5.1. O recebimento do objeto contratual se dará da seguinte forma:

I. Provisoriamente, pelo fiscal do contrato, quando da respectiva entrega, mediante termo de recebimento provisório, para efeito posterior à verificação da conformidade e quantidade do mesmo com as especificações constantes do edital, do contrato e do Termo de Referência.

II. As eventuais impropriedades constatadas deverão ser registradas em documento próprio no qual constarão as medidas a serem adotadas pela Contratada e os respectivos prazos.

III. Uma vez verificado que o objeto contratual está em conformidade com as exigências do edital, do contrato e do Termo de Referência, o mesmo será recebido definitivamente pelo gestor do contrato, com a lavratura do termo de recebimento definitivo, podendo, no caso de obras de engenharia, o

recebimento definitivo se dar por equipe técnica composta por responsável da Contratada, fiscal do contrato e agente público com qualificação profissional relacionada à área de engenharia, integrante do quadro de empregados da PBH Ativos ou indicado por esta.

5.2. Poderá ser dispensado o recebimento provisório nos casos de serviços profissionais definidos no inciso II do art. 30 da Lei Federal nº 13.303/2016 e nas demais hipóteses em que não houver necessidade de registrar a data de entrega e a quantidade do bem, produto, serviço ou obra executada, e nas demais situações em que couber apenas o recebimento definitivo.

5.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia e qualidade dos bens entregues e/ou do serviço realizado.

5.4. Na hipótese de rescisão do contrato, caberá ao gestor atestar as parcelas adequadamente concluídas, recebendo definitivamente, conforme o caso.

5.5. O recebimento deverá ser realizado dentro do prazo de vigência do contrato, nos prazos de até 15(quinze) dias para o recebimento provisório e 90 (noventa) dias para o recebimento definitivo, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados no processo de contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR

6.1. Pela execução do objeto do presente contrato, a Contratante pagará à Contratada o valor mensal estimado de R\$(.....) para o período de 12(doze) meses e de acordo com os serviços efetivamente prestados e na forma prevista na Cláusula Sétima que trata da forma de pagamento.

6.2. Estão considerados no preço previsto no *caput* todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação do serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1 A PBH Ativos solicitará, mensalmente, a disponibilização dos créditos eletrônicos mediante a remessa dos dados dos seus beneficiários, inclusive nome, CPF, matrícula, valor do crédito e detalhamento quanto ao tipo de vale (refeição/alimentação).

7.2 Após, a Contratada deverá encaminhar o documento de cobrança (Nota Fiscal/Fatura, preferencialmente eletrônica) para a PBH Ativos, observando as disposições contratualmente estabelecidas e as orientações do fiscal do contrato.

7.3. No corpo das notas fiscais deverá constar o número do contrato e a descrição da prestação dos serviços, e deverá ser enviada devidamente acompanhada da planilha de custo mensal para fins de conferência pelo fiscal do contrato.

7.4 A PBH Ativos realizará o pagamento antecipado à Contratada, em observância ao disposto na Lei nº 14.442/2022.

7.5 Os créditos eletrônicos, nos valores indicados pela PBH Ativos, deverão ser disponibilizados pela Contratada em até 3 (três) dias úteis, a contar do pagamento da nota fiscal referente ao pedido.

7.6 Os créditos deverão ser disponibilizados nos cartões, mensalmente, a partir das 0:00 horas da data estabelecida pela PBH Ativos no ato da solicitação.

7.7 O valor total do crédito mensal e a quantidade de cartões poderão sofrer alterações, bem como o remanejamento de uma modalidade para outra, a critério da PBH Ativos, mediante comunicação prévia.

7.8 A informação da inclusão/exclusão de beneficiários constará no arquivo de pedido mensal enviado à Contratada, com o acréscimo ou decréscimo de beneficiários incluídos no pedido.

7.9 Além das recargas mensais, a PBH Ativos poderá, excepcionalmente, solicitar a disponibilização de créditos extras.

7.10 Os créditos inseridos nos cartões eletrônicos, se não utilizados dentro do mês de competência, deverão obrigatoriamente somar-se aos próximos créditos.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECURSO FINANCEIRO

8.1. O custo deste Contrato correrá por disponibilidade financeira da Contratante, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. A taxa de administração durante a execução contratual e suas possíveis renovações será de 0%(zero por cento), para o crédito de vale alimentação, refeição/lanche, considerando os termos do Decreto Federal nº 10.854, de 10 de novembro de 2021 e a Lei Federal nº 14.442, 02 de setembro de 2022, portanto, não há que se falar em reajuste durante toda a vigência do contrato.

9.2. O valor dos benefícios será alterado conforme determinação da PBH Ativos S.A. ou de Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deverá cumprir fielmente as disposições previstas no contrato, Edital e anexos, na legislação vigente, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

I. Efetuar a prestação dos serviços conforme fixados no Termo de Referência, Edital e seus anexos bem como neste Contrato e seus anexos;

II. Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e seus anexos e neste Contrato, em cumprimento ao disposto no inciso IX do artigo 69 da Lei Federal nº 13.303/2016;

III. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a PBH Ativos, bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação do credenciamento;

IV. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados;

V. Manter um canal de atendimento e este deverá ficar disponível nos horários de funcionamento da contratada;

VI. Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente;

VII. Pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do contrato, podendo a PBH Ativos, a qualquer momento, exigir da Contratada a comprovação de sua regularidade;

VIII. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

IX. Informar imediatamente à contratante qualquer ocorrência que possa impactar a regular execução do contrato, oportunidade em que deverá ainda indicar as medidas necessárias à reversão da questão e a mitigação de seus impactos;

X. Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo gestor e/ou fiscal do contrato;

XI. Obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela PBH Ativos para a adequada execução do contrato, apresentando as informações solicitadas e

os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais, tenham elas natureza principal ou acessória;

XII. Não infringir quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, know-how ou trade-secrets, durante a execução do contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face da PBH Ativos, por acusação da espécie;

XIII. Responder pela correção e qualidade dos serviços/bens nos termos do Termo de Referência, Edital e Contrato, e seus anexos, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis;

XIV. Reparar todos os danos e prejuízos causados diretamente à PBH Ativos ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do fiscal do contrato;

XV. A inadimplência da contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à PBH Ativos a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato o restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o registro de imóveis;

XVI. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto do credenciamento;

XVII. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela guarda e sigilo das informações da PBH Ativos que vier ter acesso;

XVIII. Manter acesso por meio do ambiente “WEB”/aplicativo (app) para consultas de rede de estabelecimentos ativa (que deverá ser atualizada sempre que houver alteração);

XIX. Manter acesso por meio do ambiente “WEB”/ aplicativo (app) para consultas de saldo e extrato de toda a movimentação mensal/anual do usuário, contendo local e data da transação, nome do credenciado e valor utilizado;

XX. Quando houver demanda por parte da PBH Ativos para fornecimento de saldo/extrato de toda a movimentação mensal/anual do usuário, a CONTRATADA deverá fornecer a demanda no prazo máximo de até 03(três) dias úteis a contar da data da solicitação.

XXI. Disponibilizar aplicativo(app) para o usuário contendo:

- a) interface intuitiva com fácil acesso a lista atualizada de estabelecimentos ativos;
- b) consulta de estabelecimentos por proximidade ou categoria;
- c) estabelecimento que realizam delivery;
- d) a data do próximo crédito com até 01(um) dia de antecedência;

- e) extrato de transações e saldos;
- f) serviço para cancelamento e solicitação de segunda via do cartão;
- g) bloqueio e desbloqueio de cartões;
- h) item para definir e recuperar senha;
- i) sistema nas versões para Android e IOS.

XXII. Manter ativos, permanentemente, os meios de comunicação com usuários, visando esclarecimentos de dúvidas e divulgação dos serviços e dos estabelecimentos credenciados ativos.

XXIII. Assegurar que, a partir da data de assinatura do contrato, existam condições técnicas e operacionais para a prestação dos serviços.

XXIV. Fiscalizar os estabelecimentos conveniados, com o objetivo de verificar as condições de atendimento dispensado aos usuários, bem como o não desvirtuamento do sistema alimentação/refeição/lanche.

XXV. Garantir a validade dos créditos nos cartões utilizados pelos beneficiários da CONTRATANTE até a sua completa utilização, mesmo ao término do contrato.

XXVI. Promover a substituição imediata dos cartões alimentação e refeição/lanche que apresentarem defeitos ou por quaisquer motivos (clonagem, perda, extravio, etc.) sem qualquer ônus adicional.

XXVII. Manter eficiência técnica, operacional e tecnológica, evitando ocorrências de falhas de aprovações online de débitos nos cartões eletrônicos e/ou magnéticos com chip de segurança e senha pessoal, no momento da transação com o credenciado e no controle de segurança dos saldos.

XXVIII. Ressarcir o beneficiário, no prazo de 48(quarenta e oito) horas, pelo pagamento que não tenha sido efetuado por meio de cartão eletrônico e/ou magnético, na hipótese de falha do sistema, ou qualquer outra falha proveniente da CONTRATADA, devidamente registrada, abatendo o valor ressarcido no cartão.

XXIX. Prover imediatamente a CONTRATADA, sempre que solicitada, de relatórios mensais de falhas de aprovações de débitos.

XXX. Ressarcir o beneficiário dos valores dos créditos devidos em caso de clonagem dos cartões.

XXXI. Oferecer treinamento à equipe da Gerência Contábil e de Pessoal da CONTRATANTE e suporte para implementação e operacionalização da tecnologia empregada, em até 03(três) dias úteis após assinatura do contrato.

10.2. É de responsabilidade da contratada a solução de todo e qualquer problema, no âmbito de suas responsabilidades, inclusive quanto aos seus funcionários, ou terceiros a seu serviço, surgidos no decorrer do contrato, mesmo que haja necessidade de uso de solução não prevista, sem qualquer ônus para a contratante.

10.3. A contratada deverá atender, durante a vigência contratual, de forma imediata, solicitação da contratante decorrente de correção do serviço que se fizerem necessárias.

10.4. A contratante poderá solicitar reunião a qualquer momento, visando a apresentação de relatórios e definir ações corretivas e ajustes que se fizerem necessários ao bom cumprimento do contrato.

10.5. A contratada deverá disponibilizar e indicar, formalmente, um de seus funcionários para atuar como gestor do contrato junto à contratante. Este gestor será o responsável por toda relação contratual com a contratante, apresentar relatórios, se necessários, e participar de reuniões com a contratante.

10.6. A contratada deverá manter sigilo absoluto sobre o serviço ou qualquer informação, operação, documento, comunicação, equipamento ou material da contratante dos quais venha a ter acesso durante a execução do serviço.

10.7. Compete ainda à contratada alocar recursos com a devida qualificação e em número compatível com as especificações dos serviços, devendo:

10.7.1. Antes do início da execução do contrato, a contratada deverá indicar o preposto que será o representante da contratada no âmbito do contrato, o qual deverá possuir capacitação e os poderes necessários para:

- a) Realizar a interlocução com a contratante, incluindo o fornecimento das informações necessárias à regular prestação dos serviços, e aqueles solicitadas pela contratante;
- b) Participar de reuniões;
- c) Dirimir eventuais dúvidas ou questões que necessitem de correção.

10.7.2. Comprovar a capacitação e a regularidade dos prepostos alocados, bem como apresentar à contratante, sempre que requerido, os documentos e informações necessárias à referida comprovação.

10.7.3. Garantir a observância das disposições do contrato e da legislação vigente pelos prepostos, obrigando-se a manter a contratante indene com relação a eventuais prejuízos causados pelos prepostos à PBH Ativos S.A. ou a terceiros.

10.7.4. Notificar a contratante, previamente, em caso de substituição de prepostos, resguardando para que a substituição não comprometa a qualidade e a continuidade dos serviços, bem como para que os novos prepostos atendam ao disposto no contrato.

10.7.5. Substituir os prepostos, caso eventualmente requerido pela Contratante de forma motivada.

10.7.6. Garantir que os prepostos, incluindo aqueles que venham a ser substituídos, observem os deveres legais e contratuais de sigilo, inclusive após o fim de vigência do contrato.

10.7.7. Arcar com todos os custos relacionados aos prepostos, em especial, mas não se limitando a encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, tributos, transporte, hospedagem e alimentação, seguros, EPI/EPC, encargos de contratação, de dispensa e de treinamento.

10.7.8. A Contratada deverá dar acesso às informações e documentos necessários à efetivação da fiscalização do contrato, bem como a colaborar com a contratante.

10.7.9. A fiscalização por parte da Contratante não exclui ou reduz a responsabilidade pela observância das disposições contratuais e das normas aplicáveis, bem como pela assunção integral e exclusiva das consequências advindas do seu eventual descumprimento, não podendo ser alegada qualquer espécie de corresponsabilidade ou responsabilidade subsidiária por parte da contratante.

10.7.10. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- I. Fornecer relação dos beneficiários da PBH Ativos, contendo nome, matrícula, unidade de lotação e endereço de lotação para subsidiar a CONTRATADA na confecção e entrega dos cartões;
- II. Designar um fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
- III. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.
- IV. Permitir e acompanhar o acesso dos funcionários da contratada para execução dos serviços referentes ao objeto, sempre que necessário.
- V. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações técnicas, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou ser prejudicial à saúde dos empregados.
- VI. Receber os serviços entregues pela CONTRATADA, que estejam em conformidade, com as fases a serem realizadas, devendo assinar ao final da avaliação de cada Fase, o Termo de Aceite definitivo.
- VII. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA.
- VIII. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços.
- IX. Notificar, por escrito, a contratada acerca da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa.
- X. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando necessário.

- XI. Informar, sempre que necessário, à CONTRATADA, os valores unitários, a serem creditados nos cartões alimentação, refeição e lanche dos beneficiários por meio de confirmação de pedido.
- XII. Informar à CONTRATADA, possíveis alterações nas quantidades de cartões e as inclusões/exclusões.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LOCAL DE ENTREGA DOS CARTÕES

12.1. Os cartões de vale alimentação/refeição e lanche, deverão ser entregues na **PBH ATIVOS – Gerência Contábil e de Pessoal – GCONP** - Rua Espírito Santo, 605 – 10º andar – Centro – Belo Horizonte/MG.

12.2. O primeiro lote de cartões do contrato deverá ser entregue à PBH Ativos dentro de 10 (dez) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato.

12.3. Os cartões reemitidos por qualquer motivo deverão ser entregues à PBH Ativos dentro de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO SIGILO

13.1. Caso a Contratada venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes da contratada, e respondendo, em caso de descumprimento, na forma da Lei Federal nº 12.527/2011 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CONDUTA E INTEGRIDADE

14.1. A partes, na execução do objeto deste contrato, se obrigam a respeitar, cumprir e fazer cumprir, o Código de Conduta Ética e de Integridade da PBH ATIVOS, veiculado por meio da Instrução Normativa nº 005/2024 e disponibilizado no sítio eletrônico da PBH ATIVOS: <https://pbhativos.com.br/integridade/documentos-governanca/>, comprometendo-se com a ética, a integridade corporativa, e a sustentabilidade nos pilares econômico, social e ambiental, além de:

- I - Recusar práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho forçado ou em condições degradantes, assim como toda e qualquer forma de violência física, sexual, moral ou psicológica;
- II - Tratar com respeito, cordialidade e em conformidade com os princípios daquele Código de Conduta e Integridade todos os envolvidos na execução do objeto desta contratação, oferecendo tratamento equânime a todos eles, evitando qualquer privilégio, discriminação e toda forma de corrupção e fraude;

- III - Oferecer produtos e serviços de qualidade visando à plena satisfação dos seus clientes;
- IV - Preservar e tratar com sigilo os dados cadastrais e informações pertinentes a clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros, obtidos em decorrência da execução do objeto desta contratação;
- V - Abster-se de indicações a clientes, ainda que por eles solicitadas, de prestadores de serviços ou fornecedores, mantendo uma comunicação de forma estritamente profissional;
- VI - Rejeitar presentes, gratificações ou vantagens, ainda que sob a forma de tratamento preferencial de ou para clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros ligados aos negócios ou interesses da contratante e;
- VII - Promover a excelência no atendimento aos clientes, assumindo responsabilidades e priorizando a qualidade, o prazo e a eficiência no tratamento das demandas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

15.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pela Contratante serão observadas as determinações que se seguem, além das disposições insertas nas IN-007/2023- Código de Conduta Ética e Integridade da PBH ATIVOS e IN-008/2022- Política de Integridade e Anticorrupção da PBH ATIVOS.

15.2. A contratada deverá observar o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução do contrato em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

- I - “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário e/ou empregado público no processo de licitação ou execução do contrato;
- II - “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do contratante;
- III - “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes com ou sem conhecimento do contratante, destinado a privar o contratante dos benefícios da competição livre e aberta;
- IV - “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;
- V - “prática obstrutiva” significa destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer

informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

15.3. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas nas Leis Federais nº 13.303/2016 e nº 10.406/2002, no RILC (IN 005/2024) da PBH Ativos e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

17.1 A prática de atos ilícitos sujeita a Interessada/Credenciada/Contratada à aplicação das seguintes sanções administrativas, na forma do Capítulo VIII do RILC PBH Ativos e, no que couber, do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022:

I. Advertência;

II. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório e/ ou Contrato;

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos S.A.

17.2 DA ADVERTÊNCIA

17.2.1. A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal à Contratada, advertindo-lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

17.2.2. A advertência será aplicada quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

17.2.3. A aplicação de 03(três) sanções de advertência pelo mesmo motivo possibilita a aplicação da sanção de suspensão temporária e de impedimento de licitar e contratar.

17.3 DA MULTA

17.3.1. Caso a Contratada descumpra a legislação ou as cláusulas contratuais, ou dê causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos no TR, no edital, em seus anexos e no Contrato, ou ainda, der causa à inexecução total o parcial do Contrato, sujeitar-se á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados os seguintes percentuais e diretrizes:

I. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do Contrato ou do instrumento equivalente.

II. A multa moratória poderá ser aplicada mesmo nas hipóteses em que ocorrer a aceitação da prorrogação do prazo de entrega.

III. A multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao interessado, credenciado ou contratado, que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022.

IV. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao interessado ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade Contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

V. Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato em razão de cometimento das infrações administrativas previstas no art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022.

17.3.2. As multas previstas acima serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

17.3.3. A multa moratória poderá ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.

17.4 Poderão ser aplicadas as penas de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos S.A. pelo prazo máximo de 02(dois) anos, quando praticadas as condutas descritas nos

incisos II a XII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022.

17.4.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade do credenciamento, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a PBH ATIVOS, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

17.5 As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a contratada do dever de plena execução do objeto contratado.

17.6 A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à contratante.

17.7 No que se refere ao procedimento das sanções administrativas, será observado o previsto no Capítulo VIII do RILC PBH Ativos e, no que couber, e na ausência de disposições expressas em contrário, os preceitos do Decreto Municipal nº 18.093, de 20 de setembro de 2022.

17.8. DOS PROCEDIMENTOS

17.8.1. Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da notificação do Contratado, que será contado da data de juntada do aviso de recebimento – AR aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação.

17.8.2. O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no Diário Oficial do Município.

17.8.3. Do resultado do julgamento da defesa prévia caberá, no prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação de que trata o item anterior, a apresentação de recurso administrativo.

17.9. Durante a fase de execução do Contrato, caberá à Diretoria Executiva:

I - julgar as defesas prévias;

II - receber os recursos, apreciar sua admissibilidade, manifestar-se sobre seus termos e encaminhar ao Diretor-Presidente para decisão final e aplicação da penalidade, se for o caso.

19.10 No caso de multa, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para o recolhimento do valor respectivo.

19.10.1 Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

I. desconto na fatura imediatamente subsequente ao julgamento do recurso ou do decurso do prazo para sua interposição;

II. execução da garantia de execução do contrato, caso o valor da fatura não seja suficiente;

III. adoção das demais medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis, tais como protesto e/ou inscrição do débito nos órgãos de proteção ao crédito, e ingresso com a devida ação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

18.1. A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

18.2. A contratada compromete-se a garantir a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

18.3. A contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

18.4. A contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.4.1. A contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.4.2. A contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

18.5. A contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses previstas em lei e /ou em normas específicas.

18.5.1. A contratada não será permitida deter cópias ou *backups*, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.5.1.1 A contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

18.6. A contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

18.6.1 A notificação não eximirá a contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

18.6.2. A contratada que descumprir nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

18.7. A contratada fica obrigada a manter preposto para comunicação com a Contratante para os assuntos pertinentes à Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

18.8. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a contratada e o contratante bem como, entre a contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

18.9. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras.

18.10. A PBH Ativos se obriga a dar ciência prévia aos funcionários, colaboradores e outras pessoas vinculadas à Contratada quando fizer o tratamento de seus dados pessoais para fins de execução contratual, nos termos do art. 6º, inciso I, da Lei Federal nº 13.709/2018.

18.10.1. Para fins do cumprimento da disposição contida no subitem 18.10, a Contratada se obriga enviar à PBH Ativos relação de seus funcionários e colaboradores que atuarão na execução contratual, antes do início desta.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**19.1.** O CONTRATO poderá ser extinto:

- I. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;
- II. Pelo término do seu prazo de vigência;
- III. Por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a contratante;
- IV. Em função da resolução contratual pela contratante, conforme disposto neste contrato.

19.2. a contratante poderá rescindir unilateralmente o presente contrato, sem que seja devida qualquer multa, penalidade ou indenização em favor da contratada, nos seguintes casos:

- I. inexecução total ou parcial do contrato, pela contratada;
- II. descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais pela contratada, incluindo, dentre outras hipóteses:
 - a) atrasos injustificados;
 - b) subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a cessão ou transferência, total ou parcial dos direitos e deveres dele decorrentes, sem o prévio e expresso consentimento prévio da contratante;
 - c) fusão, cisão, incorporação, ou associação da contratada com outrem, sem prévia autorização da contratante;
 - d) desatendimento das determinações do gestor ou do fiscal do contrato exaradas em consonância com o contrato;
 - e) cometimento reiterado de faltas na execução do contrato;
 - f) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - g) dissolução da sociedade ou o falecimento do contratada;
 - h) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada, que prejudique a execução do contrato;
 - j) ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
 - k) não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado, ou falta de complementação do valor no caso de execução do valor ou de insuficiência, independente do motivo;
 - l) descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

m) perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

n) nos casos em que a contratada for agente econômico envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III. razões de interesse da contratante, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno, observada a legislação aplicável ao caso.

19.2.1. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

19.3. A rescisão por ato unilateral da contratante motivada por descumprimento contratual da contratada acarretará a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à contratante, na hipótese de insuficiência da garantia contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A contratada deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no inciso IX do artigo 69 da Lei Federal nº 13.303/2016.

20.2. A contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, conforme previsto no parágrafo primeiro do artigo 81 da Lei Federal nº. 13.303/2016.

20.3. A tolerância da contratante com qualquer atraso ou inadimplência por parte da contratada, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

20.4. A contratada não poderá caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira.

20.5 A contratada fica ciente de que a contratante disponibilizará na internet, para acesso público, cópia do presente instrumento, contendo dados pessoais como nome completo e número de CPF do sócio representante da contratada e consorciados, para fins de cumprimento da lei de acesso à informação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO DO CONTRATO, DE SUAS OBRIGAÇÕES E DA SUBCONTRATAÇÃO.

21.1. O presente contrato não poderá ser cedido ou utilizado sob qualquer hipótese como título de circulação comercial, caução, cessão de crédito e/ou documento exequível a ser apresentado contra a contratante por Terceiros.

21.2. Fica vedado à contratada transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos neste contrato.

21.3. A CONTRATADA não poderá:

- I. subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da contratada;
- II. associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do contratante.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. A publicação do extrato do presente CONTRATO no “Diário Oficial Municipal” correrá por conta e ônus do CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.

E, por assim terem contratado, as partes assinam o presente CONTRATO em duas vias, de igual teor, bem como as testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, de de 2025.

Leonardo Colombini
DIRETOR-PRESIDENTE
PBH ATIVOS S/A

Roberta H. Roletti
DIRETORA-EXECUTIVA
PBH ATIVOS S/A

(REPRESENTANTE LEGAL)
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANEXO XII – TERMO DE REFERÊNCIA**TERMO DE REFERÊNCIA 003/2025****1. DO OBJETO**

Credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, implementação, administração e disponibilização de créditos de auxílio alimentação e/ou refeição e lanche através de cartões eletrônicos/magnéticos com tecnologia de chip de segurança ao número estimado de 47(quarenta e sete) empregados e 03 (três) Diretores da PBH Ativos S.A., com cargas e recargas dos créditos eletrônicos, na modalidade online, que possibilitem a aquisição de alimentos “*in natura*” e refeições prontas, respectivamente, promovendo a qualidade de vida, o bem-estar e a saúde dos empregados de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho e a Lei Federal nº 6.321/1976, alterada pela Lei Federal nº 14.442/2022, que dispõe sobre o pagamento do auxílio alimentação ao empregado, na forma definida na legislação do Ministério do Trabalho e Emprego que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador e para cumprir a determinação do acordo coletivo de trabalho, no qual foi previsto os valores e quantidades dos vales alimentação/refeição e vale lanche ofertados aos empregados da Companhia.

2. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. O Cartão Alimentação destina-se à aquisição de gêneros alimentícios pelo sistema de convênio com estabelecimentos previamente credenciados, tais como hipermercados, supermercados, armazéns, mercearias, açougues, padarias, frutarias, peixarias e similares e/ou amplo credenciamento em máquinas de cartões que possibilite acesso aos estabelecimentos supracitados.

2.2. Os Cartões Refeição/Lanche destina-se ao pagamento de refeições e lanches através do sistema de convênio com estabelecimentos previamente credenciados, tais como restaurantes, redes de fast food, lanchonetes, padarias e similares e/ou amplo credenciamento em máquina de cartões que possibilite acesso aos estabelecimentos supracitados.

2.3. Os Cartões alimentação e Refeição/Lanche devem ser de utilidade nacional, podendo ser utilizados nas principais capitais do país.

2.4. Os créditos alimentação e refeição/lanche serão fornecidos por meio de cartões eletrônicos e/ou magnéticos em PVC, equipado com microprocessador e chip de segurança, com pagamento por aproximação, via App, devidamente comprovado, e aceito por aplicativo(s) de delivery e com sistema de controle de saldo, **com senha numérica eletrônica**, para validação da transação pelo portador, por meio da sua digitação em equipamento próprio. Essa senha deverá ser individual, secreta e

intransferível e ser disponibilizada por meio de correspondência lacrada, acompanhada de manual básico de utilização, a cada um dos beneficiários da PBH Ativos S.A., junto à entrega dos cartões.

Parágrafo único - Para fins de segurança, esta senha não poderá, de forma alguma, estar vinculada a algum dado do empregado ou do próprio cartão eletrônico e/ou magnético, com chip de segurança, ou seja, deve ser uma sequência de números aleatórios.

3. DO QUANTITATIVO DE CARTÕES

3.1. A quantidade mensal estimada dos Cartões Alimentação e/ou Refeição/Lanche, para atendimento aos beneficiários da PBH Ativos é de aproximadamente 50 (cinquenta).

3.2. A PBH Ativos S.A. não está obrigada a adquirir os quantitativos previsto no subitem 3.1. para fornecimento mensal, podendo requisitar, apenas, a quantidade que julgar necessária, mediante a emissão de “Confirmação de Pedido”, sabendo que os beneficiários podem optar por transferir o crédito de refeição para o cartão alimentação como também retornar à situação anterior.

3.3. O quantitativo de beneficiários proposto é estimado com base no quadro da empresa em dezembro/2024 e poderá ser alterado em virtude de admissões ou desligamentos.

4. DOS CARTÕES

4.1. Os cartões deverão ser confeccionados na modalidade eletrônicos e/ou magnéticos, equipado com microprocessador e chip de segurança, apto para pagamento por aproximação, via App, devidamente comprovado, e aceito por aplicativos de delivery, possuindo qualidade técnica para evitar fraudes e/ou falsificações, inclusive senha, sendo entregues de forma individualizada e com a devida identificação do usuário.

4.2. Os cartões eletrônicos e/ou magnéticos com chip de segurança, de alimentação e refeição/lanche deverão dispor dos seguintes caracteres/informações:

- a) Número sequencial de identificação do cartão;
- b) Personalização da empresa-cliente como PBH ATIVOS;
- c) Nome completo do beneficiário;
- d) Matrícula do beneficiário;
- e) Data de validade.

4.3. Os cartões eletrônicos e/ou magnéticos com chip de segurança, de Alimentação e Refeição/Lanche, acompanhados de suas respectivas senhas, deverão ser entregues na sede da PBH Ativos, situada na Rua Espírito Santo nº 605 – 10º andar

Replicação Edital credenciamento nº 001/2025

– Centro – Belo Horizonte/MG – CEP nº 30.160-919, pela(s) empresa(s) Contratada(s), em envelopes lacrados, conforme item 4.2. deste Termo de Referência, sem nenhum ônus para a PBH ATIVOS ou para o empregado, cumprindo as seguintes orientações:

- a) possuírem a identificação do empregado;
- b) conterem instruções de uso;
- c) conterem protocolo para assinatura de cada empregado;
- d) serem entregues na sede da Empresa, de acordo com a listagem de beneficiários fornecida pela PBH Ativos, sob protocolo.

4.3.1. Os cartões eletrônicos com chip deverão ser entregues em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência no prazo de até 10 (dez) dias contados da solicitação pela PBH Ativos, sem quaisquer custos adicionais para a PBH Ativos e seus beneficiários.

4.4. Os cartões emitidos no decorrer da vigência do Contrato, em função de admissões e reposições (perdas, roubo/furto ou inutilização), deverão ser entregues na PBH Ativos, sem ônus para a mesma ou empregado.

4.5. Quando da ocorrência de necessidade de emissão de novos cartões, estes deverão ser entregues na sede da PBH Ativos, no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, acompanhados de relatório, em uma via, contendo nome e matrícula de cada beneficiário, conforme planilha disponibilizada pela PBH Ativos, sendo que o saldo do beneficiário deve ser disponível no cartão substituto.

4.6. A clonagem de cartão, apurada e confirmada a ocorrência, será de inteira responsabilidade da Contratada, e os valores subtraídos indevidamente do saldo do beneficiário deverão ser ressarcidos integralmente pela contratada em cartão substituto.

4.7. A Contratada responsabilizar-se-á por vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução dos serviços na entrega dos cartões aos beneficiários.

5. DOS PREÇOS

5.1. O preço da prestação de serviços deverá ser expresso por uma TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, a qual será de 0,00% (zero vírgula zero por cento).

5.2. Os credenciados não poderão ofertar a Taxa de Administração Negativa, ou seja, inferior a 0 (zero).

5.3. No preço da prestação dos serviços, expresso pela TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, deverá incluir TODOS os custos envolvidos na prestação dos serviços, inclusive tributários e administrativos, como também o fornecimento dos cartões e as substituições necessárias.

6. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

6.1. Tendo em vista que o Contrato nº 004/2020, encerrará sua vigência no dia 13 de março de 2025 e não poderá mais ser prorrogado, e para que não venha ocorrer descontinuidade dos serviços prestados, faz-se necessário realizar novo procedimento na modalidade credenciamento, por meio de chamamento público, para formalização de nova contratação.

6.2. A necessidade desta contratação se fundamenta na busca por soluções que assegurem a agilidade, a segurança e a flexibilidade no fornecimento dos benefícios, além de promover a conformidade com a legislação vigente do **Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)**. A empresa especializada será responsável pelo gerenciamento, distribuição e manutenção dos cartões, permitindo aos empregados da PBH Ativos a aquisição de **alimentos "in natura" e refeições prontas**, conforme os regulamentos do programa.

6.3. O uso de **cartões com chip de segurança** é uma exigência para garantir a proteção contra fraudes e assegurar que os créditos sejam utilizados de forma correta e eficiente. A empresa a ser credenciada também deverá proporcionar um sistema simples e acessível para a consulta de saldos, extratos e a solicitação de reemissão de cartões em caso de perda ou roubo, conforme as políticas internas da PBH Ativos.

6.4. Os serviços objeto deste TR são classificados como continuados, devendo ser estendidos além de um exercício financeiro, tendo em vista que a sua interrupção pode comprometer o cumprimento de obrigações legais da PBH Ativos relacionadas ao PAT, bem como decorrentes do Acordo Coletivo de Trabalho.

6.5. A contratação será feita na modalidade inexigibilidade de licitação, por Credenciamento, por meio de chamamento público, cujo objeto visa a futura contratação de empresa especializada no fornecimento de vales de alimentação, refeição e de lanches pelo período de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com o limite previsto na Lei Federal nº 13.303/2016 e o RILC - IN nº 005/2024.

7. VALORES, QUANTIDADES ESTIMADAS E FORMA DE FORNECIMENTO

7.1. Considerando a estimativa de 47(quarenta e sete) empregados e 3(três) diretores da PBH Ativos, totalizando 50(cinquenta) beneficiários, e levando em conta os valores atuais dos vales fornecidos e o número de dias úteis, o valor total estimado é de R\$443.336,00 (quatrocentos e quarenta e três mil e trezentos e trinta e seis reais), para o período de 12(doze) meses.

7.2. Ressalta-se que a projeção do valor de benefícios foi aprovada no orçamento do Conselho de Administração em 21/10/2024, podendo ser ajustada ao longo do período conforme:

- a) Alterações no número de beneficiários;
- b) Correções nos valores dos benefícios.

7.3. Os valores atuais, por dia de trabalho, são os seguintes:

- **Vale Lanche:** R\$5,09 por dia.
- **Vale Alimentação/Refeição:** R\$36,13 por dia.

7.4. Os créditos efetuados nos cartões permanecerão disponíveis aos usuários, independentemente da frequência de uso do cartão.

7.5. Os créditos referentes ao benefício lanche serão depositados no Cartão Refeição.

7.6. Em caso de término da vigência do Contrato ou no caso de rescisão antecipada, manter-se-ão as mesmas condições do serviço até que os saldos nos cartões alimentação e refeição/lanche dos beneficiários se esgotem por completo.

7.7. A quantidade de vales a ser solicitada à Contratada poderá variar em função da necessidade da PBH Ativos S.A.

7.8. O fornecimento de vale alimentação, vale refeição e vale lanche será realizado em forma de crédito mensal em cartões eletrônicos com chip para aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais e para aquisição de alimentação em restaurantes e similares.

7.9. O crédito mensal nos cartões alimentação/refeição/lanche deverá ser realizado rigorosamente no dia informado pela Contratante, através de pedido eletrônico ou outro meio estabelecido, considerando o pedido enviado mensalmente.

7.10. Permitir estorno de pedido de crédito por solicitação da Contratante, por qualquer motivo, a qualquer tempo, inclusive em decorrência da rescisão ou extinção do contrato, e efetuar o reembolso de valor correspondente, caso o mesmo tenha sido faturado.

7.11. Disponibilizar serviço de aplicativo mobile – Smartphone, para os sistemas Android e IOS (todas as versões) e página na internet, aos usuários do cartão, por meio de acesso individual, em caráter sigiloso e confidencialidade, contendo no mínimo, as seguintes funções:

- I. Consulta de saldo, consumo médio diário, próxima recarga e demais pertinências dos cartões eletrônicos;
- II. Consulta de extrato e históricos de utilização por um período não inferior a 90 (noventa) dias;
- III. Bloqueio de cartões em caso de perda, roubo, extravio ou cartão danificado;
- IV. Geração de nova senha ou troca de senha;
- V. Consulta à rede credenciada atualizada próxima do usuário (atualizada por acionamento de GPS), contendo formas de contato com o estabelecimento;
- VI. Consulta à rede credenciada de estabelecimentos que possuam opção delivery e as plataformas específicas de delivery;

- VII. Solicitação de emissão de segunda via de cartões;
- VIII. Pagamento por aproximação em aplicativo via tecnologia Near Field Communication – NFC ou outra similar (cartão digital).
- IX. Disponibilizar central de atendimento (Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC) durante 24 horas por dia, 7(sete) dias por semana, para prestar serviços de comunicação de perda, roubo, extravio ou dano, bloqueio e desbloqueio, solicitação de segunda via de cartão e senha e um portal online para consultas de extratos, saldos/disponibilização de benefícios e rede credenciada, para que os beneficiários possam ligar de forma gratuita, inclusive do celular.
- X. Disponibilizar central de atendimento personalizada ao gestor do contrato, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, com registro de protocolo de atendimento, a fim de resolver demandas relativas à administração e gerenciamento dos benefícios alimentação, refeição e lanche que funcione de forma gratuita, inclusive de celular.
- XI. Dispor do fornecimento de saldo através do sistema, após cada ato de compra, nos terminais dos estabelecimentos conveniados.

7.10. Na administração e fornecimento dos cartões alimentação, refeição/lanche, caberá a Contratada observar o que segue:

- I.** o fornecimento do objeto dar-se-á conforme solicitação da Contratante na qual serão informados as datas, quantidades e os valores do benefício a serem creditados em cada cartão eletrônico, observando-se os prazos determinados.
- II.** Os créditos inseridos nos cartões eletrônicos, se não utilizados dentro do mês de competência, deverão obrigatoriamente somar-se aos próximos créditos, de tal forma que os beneficiários da Contratante, em hipótese alguma, sejam prejudicados.
- III.** A validade dos créditos de alimentação/refeição/lanche não deverão expirar, mesmo após o término do contrato.
- IV.** A implantação dos serviços objeto deste Termo de Referência, deverá ocorrer a partir da celebração do contrato, incluindo todos os equipamentos necessários à operação do sistema, bem como os estabelecimentos comerciais de supermercado, armazém, mercearia, açougue, peixaria, hortimercado, comércio de laticínios e/ou frios, padarias e similares, nas localidades e quantitativos previstos neste Termo de Referência.
- V.** Correrão por conta da Contratada todos os custos da prestação do serviço.
- VI.** No prazo de 03(três) dias úteis, contados da data da assinatura do contrato a empresa contratada deverá ministrar, aos beneficiários da Gerência Contábil e de Pessoal – GCONP da PBH Ativos treinamento do sistema utilizado para realizar as recargas de crédito nos cartões alimentação/refeição/lanche dos beneficiários.
- VII.** A Contratada, após a assinatura do contrato, deverá permanecer com toda a estrutura apresentada para habilitação durante toda a vigência dele, manter as quantidades de estabelecimentos credenciados e, em caso de descredenciamento de algum estabelecimento credenciado constante de qualquer das listas apresentadas, a Contratada deverá substituí-lo por outro estabelecimento compatível, sendo indispensável o aviso prévio de descredenciamento, por escrito, em período não superior a 30(trinta) dias.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as disposições previstas no Contrato, neste TR, no edital e seus anexos, na legislação vigente, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

- I. Efetuar a prestação dos serviços conforme fixado no Anexo I.
- II. Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas do Edital, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei Federal nº 13.303/2016.
- III. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a Contratante, bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação do credenciamento.
- IV. Cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas.
- V. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados.
- VI. Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.
- VII. Pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do Contrato, podendo a Contratante, a qualquer momento, exigir da Contratada a comprovação de sua regularidade.
- VIII. Obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela PBH Ativos para adequada execução do Contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais, tenham elas natureza principal ou acessória.
- IX. Não infringir quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, *Know-how* ou *trade-secrets*, durante a execução do Contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face da PBH Ativos, por acusação da espécie.
- X. Designar 1(um) preposto como responsável pelo Contrato a ser firmado com a PBH Ativos, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da Contratada, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas no instrumento.
- XI. Resguardar, sob as penas da lei, sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos que venham a ter conhecimento em razão do Contrato, consoante disposições da LGPD.
- XII. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- XII. Enviar à PBH Ativos relação de seus funcionários e colaboradores que atuarão na execução contratual, antes do início desta.
- XIII. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

XIV. Informar imediatamente à Contratante qualquer ocorrência que possa impactar a regular execução do futuro Contrato, oportunidade em que deverá ainda indicar as medidas necessárias à reversão da questão e mitigando os seus impactos.

XV. Manter canal permanente de comunicação junto à Contratante, o qual deverá estar disponível durante o horário comercial e de funcionamento da Contratante.

8.2. É de responsabilidade da Contratada a solução de todo e qualquer problema, no âmbito de suas responsabilidades, inclusive quanto aos seus funcionários, ou terceiros a seu serviço, surgidos no decorrer do Contrato, mesmo que haja necessidade de uso de solução não prevista, sem qualquer ônus para a Contratante;

8.3. A Contratada deverá atender, durante a vigência contratual, de forma imediata, toda e qualquer solicitação da Contratante decorrente de reformulação, correção ou adequação do serviço que se fizerem necessárias.

8.4 A Contratante poderá solicitar reunião a qualquer momento, na forma presencial, na sede da Contratante, visando a apresentação de relatórios e definir ações corretivas e ajustes que se fizerem necessários ao bom cumprimento do Contrato, sem ônus para a Contratante.

8.5. A Contratada deverá indicar, formalmente, um de seus funcionários para atuar como Gestor do Contrato junto à Contratante. Este gestor será o responsável por toda relação contratual com a Contratante, apresentar relatórios e participar de reuniões com a Contratante;

8.6. É obrigação da Contratada arcar com os custos relativos ao transporte, a estadia e a alimentação dos profissionais alocados na execução do objeto deste credenciamento;

8.7. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre o serviço ou qualquer informação, operação, documento, comunicação, equipamento ou material da Contratante da qual venha a ter acesso durante a execução do serviço;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. A Contratante, por sua vez, deverá cumprir fielmente as disposições previstas na legislação vigente, no Contrato celebrado e no edital de credenciamento ou no procedimento de contratação direta que originou, atuando em consonância com os princípios da probidade e boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

I - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;

II - Emitir ordem de serviço;

III - Comunicar à Contratada as ocorrências em relação ao objeto contratado;

IV - Notificar, por escrito, a Contratada acerca da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa;

V- Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando necessário;

- VI- Emitir termos de recebimento provisório e definitivo nos termos previstos no RILC;
- VII - Pagar pela execução do objeto na forma contratada, no prazo e condições estabelecidas neste TR, Contrato e seus respectivos anexos;
- VIII - Resguardar, sob as penas da lei, sigilo sobre quaisquer dados pessoais, informações, documentos da Contratada, que venham a ter conhecimento em razão do Contrato consoante disposições da LGPD.
- IX - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;
- X - Nomear o gestor e fiscal do Contrato;
- XI. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através do fiscal do Contrato;
- XII - Permitir e acompanhar o acesso de representantes da Contratada às suas dependências, caso necessário para a execução do Contrato.
- XIII - Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou ser prejudicial à saúde dos empregados ou de terceiros;

10. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA TOTAL OU PARCIAL DO OBJETO E A PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO.

10.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto deste TR e seus anexos, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizado pela PBH Ativos S.A, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada.

10.2. É vedado à Contratada associar-se a outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização da Contratante, sob pena de rescisão do contrato.

10.3. Não é permitida a participação de consórcio.

11. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Para comprovar sua **habilitação jurídica**, o interessado deverá apresentar:

I. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis ou no Registro de Pessoas Jurídicas, conforme a respectiva natureza;

II. Documento de eleição dos administradores, procuração ou ata de assembleia que outorgou poderes ao(s) representante(s), em caso dessa atribuição e do(s) dados pessoais do(s) representante(s) não constarem do estatuto ou Contrato social;

III. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;

IV. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade desempenhada assim o exigir;

V. Certidão Negativa Correccional emitida pela Controladoria-Geral da União, referente ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) - CNEP.

11.2. Excepcionados os documentos referidos no inciso V do subitem 11.1., os documentos e/ou certidões de habilitação supra poderão ser substituídos pelo cadastro da interessada no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte – SUCAF, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 11.245, de 23 de janeiro de 2003, **desde que esteja ATIVO e válido.**

11.3. Para comprovar sua **habilitação fiscal, social e trabalhista**, o interessado deverá apresentar:

I. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

II. Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da interessada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III. Certidão de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede da interessada, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV. Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V. Certidão negativa de débitos trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho;

VI. Declaração de que não emprega menores de 18(dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de menores de 16(dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos; em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

11.3.1. A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativa.

11.3.2. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sendo-lhes concedido, no momento apropriado, o tratamento diferenciado e simplificado, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Municipal nº 16.535, de 30 de dezembro de 2016.

11.3.3. A regularidade fiscal mencionada neste subitem não abrange débitos que não possuam origem fiscal, tais como multas de qualquer espécie, exceto se forem indispensáveis para garantir o cumprimento das obrigações do futuro Contrato.

11.4. Para comprovar sua **qualificação técnica**, o interessado deverá apresentar:

I Comprovante de inscrição junto ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT do Governo Federal, tanto na modalidade refeição/lanche, como na modalidade alimentação, regulamentado pelo artigo 175 do Decreto Federal nº 10.854, de 10 de novembro de 2021.

II Atestado(s) de capacidade técnico-operacional, emitido por pessoa jurídica de direito pública ou privado, comprovando que a empresa presta ou prestou serviço de distribuição de créditos alimentação e refeição/lanche, por meio de cartões eletrônicos e/ou magnéticos, com número de usuários igual ou superior ao número de beneficiários da PBH Ativos, no mesmo período da prestação dos serviços.

III. Relação detalhada da rede de estabelecimentos credenciados, em formato digital, indexada por Município/Distrito Federal, devendo conter as seguintes informações: razão social, nome fantasia, natureza do serviço prestado, número de inscrição do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, endereço, telefone com DDD e e-mail (se houver), de modo a atender aos padrões estabelecidos pela Portaria STI/DSST nº 03, de 01 de março de 2002, do Ministério do Trabalho. A referida relação deverá ser reapresentada no ato da assinatura do contrato, a fim de disponibilizar a listagem mais atualizada possível. A reapresentação deverá ocorrer no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de solicitação da PBH Ativos, sendo condição indispensável à assinatura do contrato.

11.4.1 O (s) atestado (s) de capacidade técnica poderá (ão) ser apresentado (s) em nome da empresa, com CNPJ da matriz e/ou da (s) filial (ais) do interessado.

11.4.2. Não será (ão) aceito (s) atestado (s) de capacidade técnica emitido (s) pela própria empresa a ser credenciada.

11.4.3. A PBH Ativos se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos respectivos Contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

11.5. Para comprovar sua **qualificação econômico-financeira**, o interessado deverá apresentar:

I. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03(três) meses da data da sua apresentação.

II. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial da empresa, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida no domicílio da pessoa jurídica, emitida nos últimos 06(seis) meses.

III. A situação financeira do fornecedor que apresentar o balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis exigidas serão avaliadas com base nos seguintes índices: Cálculo dos índices de Liquidez Geral (LG), solvência geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

a) Serão consideradas habilitadas as empresas que apresentarem, para cada um dos índices exigidos neste TR e anexos, valor maior ou igual a 1(um). As empresas deverão apresentar o cálculo indicado, com a identificação e assinatura do responsável pelo cálculo, juntamente com a documentação informada neste item.

b) Nas situações que as empresas não atinjam, em um dos índices mencionados no §1º, valor maior ou igual ao valor do índice previsto neste Termo de Referência e anexos, poderá comprovar de forma alternativa, a existência de patrimônio líquido correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor da contratação.

c) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar registrados na Junta Comercial ou órgão equivalente na forma da legislação vigente.

d) A exigência contida neste subitem 11.5. aplica-se inclusive às micro e pequenas empresas optantes ou não pelo Simples Nacional.

e) A critério da Companhia, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pela interessada dos índices econômicos previstos no edital.

11.6. Deverão ser apresentadas, sob pena de inabilitação, declaração de cumprimento dos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

12. DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATADO

12.1. Após a convocação, o credenciado assinará contrato que conterá todas as disposições referentes ao local da prestação de serviços, e a descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, inclusive contendo detalhes acerca do recebimento do serviço prestado.

12.2. Após a assinatura do contrato, o recebimento do objeto se dará da seguinte forma:

a) provisoriamente, pelo fiscal do Contrato, quando da respectiva entrega, mediante termo de recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade e quantidade do mesmo com as especificações constantes do edital, do Contrato e do Termo de Referência

b) as eventuais impropriedades constatadas deverão ser registradas em documento próprio no qual constarão as medidas a serem adotadas pela Contratada e os respectivos prazos;

c) uma vez verificado que o objeto contratual está em conformidade com as exigências do edital, do Contrato e do Termo de Referência a, o mesmo será recebido definitivamente pelo gestor do Contrato, com a lavratura do termo de recebimento definitivo.

12.3. Poderá ser dispensado o recebimento provisório nos casos de serviços profissionais definidos no inciso I do artigo 30 da Lei Federal nº 13.303/2016 e nas demais hipóteses em que não houver necessidade de registrar a data de entrega e a quantidade do bem, produto, serviço ou obra executada, e nas demais situações em que couber apenas o recebimento definitivo.

12.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia e qualidade dos bens entregues e/ou do serviço realizado.

12.5. Na hipótese de rescisão do Contrato, caberá ao gestor atestar as parcelas adequadamente concluídas, recebendo definitivamente, conforme o caso.

12.6. O recebimento deverá ser realizado dentro do prazo de vigência do Contrato, nos prazos de até 10 (dez) dias para o recebimento provisório e até 20 (vinte) dias para o recebimento definitivo, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados no processo de contratação.

12.7. O fiscal do Contrato deverá rejeitar, no todo ou em parte serviço ou executado em desacordo com o Contrato, devendo o gestor do Contrato tomar as medidas cabíveis quanto à aplicação de penalidade à Contratada, subsidiado pelas informações fornecidas pelo fiscal do Contrato, nos termos do Decreto Municipal nº 18.324, de 18 de maio de 2023.

13. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA

13.1. O credenciamento terá o seu prazo de vigência por 12 (doze) meses, podendo seu edital ser republicado por igual período, por quantas vezes a PBH Ativos entender pela necessidade de sua manutenção, mantidas todas as suas condições.

13.1.1. A solicitação de republicação do edital de credenciamento será realizada pelo seu gestor, mediante apresentação da justificativa técnica.

13.2. Feito o credenciamento, poderá ser feita contratação na modalidade inexigibilidade de licitação, pelo período de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, nos termos dos art. 71 e 72 da Lei Federal nº 13.303/2016, admitida a prorrogação nos limites legais e conforme dispõe o art. 137 e seguintes do RILC.

13.3. O prazo de execução e vigência do contrato a ser celebrado será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

14. DO REAJUSTE, E DA REVISÃO OU REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO FUTURO CONTRATO

14.1. A taxa de administração, tanto para o vale refeição, quanto para o vale alimentação, será fixada em 0% (zero por cento) e irrevogável, durante toda a vigência do Contrato.

15. DO RECURSO FINANCEIRO

15.1. O custo do referido serviço correrá por disponibilidade financeira da PBH Ativos S.A., considerando o disposto no art. 12 da Lei Municipal nº 10.003/2010.

16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 A PBH Ativos solicitará, mensalmente, a disponibilização dos créditos eletrônicos mediante a remessa dos dados dos seus beneficiários, inclusive nome, CPF, matrícula, valor do crédito e detalhamento quanto ao tipo de vale (refeição/alimentação).

16.2 Após, a Contratada deverá encaminhar o documento de cobrança (Nota Fiscal/Fatura, preferencialmente eletrônica) para a PBH Ativos, observando as disposições contratualmente estabelecidas e as orientações do fiscal do contrato.

16.3. No corpo das notas fiscais deverá constar o número do contrato e a descrição da prestação dos serviços, e deverá ser enviada devidamente acompanhada da planilha de custo mensal para fins de conferência pelo fiscal do contrato.

16.4 A PBH Ativos realizará o pagamento antecipado à Contratada, em observância ao disposto na Lei nº 14.442/2022.

16.5 Os créditos eletrônicos, nos valores indicados pela PBH Ativos, deverão ser disponibilizados pela Contratada em até 3 (três) dias úteis, a contar do pagamento da nota fiscal referente ao pedido.

16.6 Os créditos deverão ser disponibilizados nos cartões, mensalmente, a partir das 0:00 horas da data estabelecida pela PBH Ativos no ato da solicitação.

16.7 O valor total do crédito mensal e a quantidade de cartões poderão sofrer alterações, bem como o remanejamento de uma modalidade para outra, a critério da PBH Ativos, mediante comunicação prévia.

16.8 A informação da inclusão/exclusão de beneficiários constará no arquivo de pedido mensal enviado à Contratada, com o acréscimo ou decréscimo de beneficiários incluídos no pedido.

16.9 Além das recargas mensais, a PBH Ativos poderá, excepcionalmente, solicitar a disponibilização de créditos extras.

16.10 Os créditos inseridos nos cartões eletrônicos, se não utilizados dentro do mês de competência, deverão obrigatoriamente somar-se aos próximos créditos

17. MATRIZ DE RISCO

17.1. Conforme inciso XVIII do art. 7º do RILC e art. 42 da Lei Federal nº 13.303/2016 a matriz de risco não é obrigatória para todas as contratações, sendo exigida nas contratações de obras e serviços de engenharia e naquelas cujo objeto seja de grande complexidade, não sendo, portanto, o caso da presente contratação.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. A prática de atos ilícitos sujeita a Interessada/Credenciada/Contratada à aplicação das seguintes sanções administrativas, na forma do Capítulo VIII do RILC PBH Ativos e, no que couber, do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022:

- I. Advertência;
- II. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório e/ ou Contrato;
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos S.A.

18.2. Dos procedimentos

18.2.1. Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da notificação do INTERESSADO/CONTRATADO, que será contado da data de juntada do aviso de recebimento – AR aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação.

18.2.2. O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no Diário Oficial do Município.

18.2.3. Do resultado do julgamento da defesa prévia caberá, no prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação de que trata o item anterior, a apresentação de recurso administrativo.

18.2.4. Os recursos têm efeito suspensivo, isto é, até que sejam decididos, o processo licitatório não terá seguimento, exceto quando manifestamente protelatório ou quando se puder decidir de plano.

18.3. Durante a fase de execução do Contrato, caberá à Diretoria Executiva:

- I. julgar as defesas prévias;
- II. receber os recursos, apreciar sua admissibilidade, manifestar-se sobre seus termos e encaminhar ao Diretor-Presidente para decisão final e aplicação da penalidade, se for o caso.

18.3.1 As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a CONTRATADA do dever de plena execução do objeto contratado.

18.3.1.1. No caso de multa, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para o recolhimento do valor respectivo.

18.3.1.2. Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

- I. desconto na fatura imediatamente subsequente ao julgamento do recurso ou do decurso do prazo para sua interposição;
- II. execução da garantia de execução do contrato, caso o valor da fatura não seja suficiente;
- III. adoção das demais medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis, tais como protesto e/ou inscrição do débito nos órgãos de proteção ao crédito, e ingresso com a devida ação judicial.

19. INDICAÇÃO DO GESTOR E DO FUTURO FISCAL DO CONTRATO

19.1. A gestão e a fiscalização dos Contratos celebrados pela PBH Ativos, bem como a indicação dos respectivos responsáveis, será regida pelo disposto no Decreto Municipal nº 18.324, de 18 de maio de 2023, que dispõe sobre as regras de atuação dos gestores e fiscais do Contrato.

19.2. A nomeação do gestor e fiscal do Contrato será realizada por ato do Diretor-Presidente da Contratante e publicado no Diário do Município.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Dúvidas poderão ser esclarecidas pelo telefone 31-3246-7044 ou preferencialmente por e-mail. geadm.ativos@pbhativos.com.br.

20.2. Demais providências deverão ser regidas pela Lei Federal nº 13.303/2016 c/c a IN 005/2024- Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBH Ativos S/A e demais legislações pertinentes.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2025.

Ingrid Almeida da Silva
Gerente Contábil
PBH ATIVOS S/A

Roberta H. Roletti
Diretora-Executiva
PBH ATIVOS S/A

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

1).DO OBJETO

Credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, implementação, administração e disponibilização de créditos de auxílio alimentação e/ou refeição e lanche através de cartões eletrônicos/magnéticos com tecnologia de chip de segurança ao número estimado de 47 (quarenta e sete) empregados e 03 (três) Diretores da PBH Ativos S.A., com cargas e recargas dos créditos eletrônicos, na modalidade online, que possibilitem a aquisição de alimentos “*in natura*” e refeições prontas, respectivamente, promovendo a qualidade de vida, o bem-estar e a saúde dos empregados de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho e a Lei Federal nº 6.321/1976, alterada pela Lei Federal nº 14.442/2022, que dispõe sobre o pagamento do auxílio alimentação ao empregado, na forma definida na legislação do Ministério do Trabalho e Emprego que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador e para cumprir a determinação do acordo coletivo de trabalho, no qual foi previsto os valores e quantidades dos vales alimentação/refeição e vale lanche ofertados aos empregados da Companhia.

2).ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Considerando a estimativa de 47 (quarenta e sete) empregados e 3 (três) diretores da PBH Ativos, totalizando 50 (cinquenta) beneficiários, e levando em conta os valores atuais dos vales fornecidos e o número de dias úteis, o valor total estimado projetado é de R\$433.336,00 (quatrocentos trinta e três mil e trezentos e trinta e seis reais), para o período de 12(doze) meses.

Ressalta-se que a projeção do valor de benefícios foi aprovada no orçamento do Conselho de Administração em 21/10/2024, podendo ser ajustada ao longo do período conforme:

- Alterações no número de colaboradores;
- Correções nos valores dos benefícios.

Os valores atuais são os seguintes:

- **Vale Lanche:** R\$5,09 por dia.
- **Vale Alimentação/Refeição:** R\$36,13 por dia.

3) A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Findo o procedimento de chamamento público, e credenciadas as empresas interessadas que atenderem os requisitos fixados no edital, os beneficiários escolherão aquelas que efetivamente irão realizar o gerenciamento, implementação e administração dos créditos de auxílio alimentação/refeição e lanche, quando será firmado, por inexigibilidade de licitação, o respectivo contrato.